

SESSÕES DO PLENÁRIO

92ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de outubro de 2024.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, no relatório de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Pedro Tavares, Penalva, Radiovaldo Costa, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim e Zé Raimundo Fontes. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 89ª, 90ª, 91ª, realizadas, respectivamente, em 21, 22 e 23 de outubro de 2024.

Em discussão as atas que acabaram de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Pequeno Expediente. (Oradores inscritos)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente e membros da imprensa que se encontram na Casa, eu ocupo esta tribuna, primeiro, para tratar de um momento muito

importante para um país como o Brasil: o Dia do Servidor e da Servidora Pública, que já passou e que, para nós, é um tema, de fato, muito caro. Essa homenagem aos servidores, àqueles que, na prática, tocam a máquina pública neste país, é algo muito caro.

Queria fazer uma homenagem às nossas taquígrafas e aos nossos taquígrafos aqui, por exemplo, ao conjunto da assessoria, dos servidores da Assembleia Legislativa. Parabéns para vocês neste dia!

Eu poderia começar por esse exemplo: o que seria a Assembleia Legislativa sem os seus servidores, os trabalhadores da *TV ALBA*, que estão acompanhando a sessão, todo o pessoal da técnica, o que seria a nossa sessão? Nós não teríamos Parlamento se não fossem os nossos servidores e as nossas servidoras, e num estado que precisa muito do Parlamento.

Aliás, a Assembleia precisa de concurso, né? É preciso complementar, o quadro está deficitário, e os nossos servidores e servidoras estão doidas para impedir que essa dificuldade transborde para fora. Mas nós sabemos o quanto é difícil ter um Parlamento que funcione com esse número de servidores e servidoras.

Então, está na hora de se fazer concurso público e de se valorizar também essa perda salarial que nós tivemos, a recomposição de perdas foi pífia. Infelizmente o presidente saiu daqui da condução da sessão, mas eu queria falar isso para ele, deixar esse recado, que é um recado em relação ao serviço público em geral.

Nós não vamos ter efetivação de direitos neste país sem uma máquina pública que funcione, e funcione melhor, porque este não é um país da ausência de riquezas, pelo contrário, é o país da abundância, o Brasil é sempre a 9ª, a 10ª, a 12ª economia, mas quando vamos olhar o Índice de Desenvolvimento Humano, estamos em 80º.

Olhe que nós temos um patrimônio gigantesco para comemorar, a começar, por exemplo, pelo nosso SUS. Nós temos que comemorar o nosso SUS, porque nos Estados Unidos não tem, não, meu irmão. Nos Estados Unidos, se não tiver o seguro, o pessoal o joga te lá na frente, na rua. Nós precisamos garantir o nosso SUS, nós precisamos fortalecê-lo.

Eu queria finalizar aqui, trabalhadores do Ministério Público (MP), é tanta justiça para ser feita nesta terra, não é, companheiro? E se nós não tivéssemos o Sindsemp à frente da defesa do nosso Ministério Público, muito mais injustiça aconteceria neste estado. Então, parabéns aos trabalhadores do MP também.

Está na hora de tomarmos vergonha na cara, nesta Bahia, e fazermos, portanto, essa reversão. Nós precisamos aprovar o plano de carreira do Ministério Público, as alterações na carreira; nós precisamos aprovar o auxílio-saúde do Judiciário, são pontos que estão aí na pauta; nós precisamos corrigir o rumo dessa vergonha que é a nossa educação estadual, por exemplo; os processos de privatização da saúde.

Portanto, o dia de ontem foi fundamentalmente um dia de luta, um dia em que a gente tem que comemorar por ter os nossos servidores e as nossas servidoras à disposição da nossa população, mas saber que o déficit para que a gente tenha um serviço público de qualidade é gigantesco.

E a responsabilidade disso é uma responsabilidade política. Não é como a miragem, que aqui criam os neoliberais, de que o problema é com o servidor e a servidora pública.

Não é. O servidor e as servidoras são a solução, são eles, deputado Zé Raimundo... V. Ex.^a, que é um servidor de carreira também, sabe que o caminho para nós é o caminho indicado pelos servidores e servidoras.

Se nós temos problemas, hoje, no serviço público, eles estão sintetizados principalmente em duas dimensões...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

A primeira é a desvalorização, a perda da dignidade do servidor público, seja por sobrepeso de trabalho, seja por desvalorização das suas carreiras; por outro lado, a ausência de democracia no serviço público.

Então eu quero, primeiro, homenagear o conjunto dos servidores e das servidoras públicas, especialmente do estado da Bahia, e dizer que nós do Psol estamos, realmente, alinhados...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com eles em um campo que é um campo de batalha. Nós não estamos num salão de festas em relação às conquistas do nosso povo do ponto de vista do serviço público, nós estamos em um campo de batalha para que este país tenha cidadania, o que passa necessariamente pela valorização dos servidores e do serviço público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo): Obrigado, nobre deputado Hilton Coelho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra à nobre deputada Olívia Santana. (Silêncio) Olívia Santana havia pedido a palavra, não se encontra.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: (fora do microfone): Ela está ali atrás.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em seguimento, com a palavra a deputada Olívia Santana no tempo do Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, servidores desta Casa, eu início a minha fala, primeiramente, saudando todas as servidoras e servidores públicos da Assembleia Legislativa, mas também do Governo do Estado da Bahia, essas profissionais e esses profissionais que fazem girar todo esse trabalho a serviço do bem comum, do bem público.

São profissões das mais diversas, fundamentais para as nossas vidas em cada cidade, em cada município. Portanto, eu quero celebrar todas essas pessoas que compõem o serviço público no estado da Bahia.

Quero destacar aqui em Plenário toda a equipe da *TV ALBA*, quero destacar também todos os técnicos que assessoram a Mesa e o nosso trabalho, destacar o serviço, o trabalho das taquígrafas e taquígrafos que transformam as nossas falas em símbolos e os símbolos em textos que comunicam tudo o que a gente traz e toda a história desta Casa.

É uma profissão belíssima, nobríssima. Eu fico encantada com o trabalho de vocês de acompanhar com tanta maestria cada fala, cada posicionamento. Portanto, apesar de celebrar e de ser um avanço termos a tecnologia, nós não podemos abrir mão de uma

profissão, de um trabalho exercido pelas artesãs e pelos artesãos da palavra, da fala, de cada discurso feito, aqui, nesta tribuna, e traduzido por essa equipe de taquígrafas e taquígrafos. Então fica aqui o meu abraço a cada um e a cada uma de vocês e sempre o pedido de valorização dessas e desses profissionais da nossa Casa.

Sr. Presidente, eu também quero celebrar aqui essa grande vitória que nós tivemos em Camaçari. Uma peleja, uma luta! Essa cidade cuja eleição foi para o segundo turno, “pau a pau”, mas a militância, a luta e a firmeza de propósito sob a liderança do nosso experiente candidato Caetano tiveram um êxito fantástico.

Eu fico muito emocionada ao fazer esse registro porque Caetano foi prefeito de Camaçari pela primeira vez a partir de uma decisão do PCdoB de deslocá-lo para aquela cidade. E ele foi criando todo um vínculo, um laço, com aquela população, desenvolveu um trabalho importantíssimo e agora volta a ser prefeito pela quarta vez.

Foi uma eleição extremamente tensa, com tantas investidas de quem está na máquina exercendo o poder do grande capital, do dinheiro, que fez tanta intimidação durante o processo eleitoral e no dia da eleição, a ponto de a Polícia Federal e a Polícia Militar terem que estar na cidade para garantir a ordem e a democracia.

Vários ônibus foram apreendidos por conta de transporte ilegal de eleitores, tentativa de compra de votos... Nós enfrentamos tudo e vimos o resultado qual foi. Foi o êxito, a vitória de quem tem o melhor projeto para Camaçari, com a experiência de Caetano, que não só já foi prefeito por três vezes – e agora vai para a quarta vez –, como também foi secretário, tem densidade, tem firmeza de propósito, capacidade de liderar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

(...) e um projeto de gestão que atrai investidores e investimentos para a cidade. Que faça uma gestão democrática, voltada para a necessidade do povo de Camaçari. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, com a estatura e o compromisso democrático com a justiça social que Caetano tem, ele terá todas as condições...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

Aliado ainda ao apoio de Jerônimo – finalizando – e ao apoio do presidente Lula, que pediu esse presente ao povo baiano, ao povo de Camaçari, e que teve, no dia do seu aniversário, essa vitória belíssima, democrática do nosso querido Caetano. Eu não tenho nenhuma dúvida de que será feito um grande trabalho, nos próximos 4 anos, em favor do povo e do desenvolvimento da cidade de Camaçari.

Quero aqui mandar um grande abraço para Caetano, para Ivoneide e para toda a equipe, a militância da Frente Brasil, Federação Brasil...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) da Esperança, e para os partidos aliados, que fizeram um trabalho brilhante de luta e de vitória.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito obrigado, deputada Olívia Santana.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra a Marquinho Viana, deputado lá da região da Chapada Diamantina.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, venho a esta tribuna hoje, nobre deputada Fabíola, amiga do coração, de quem gosto, para dizer ao nobre presidente e aos deputados que, desde o último domingo, as eleições municipais já se encerraram. Agora é hora de os prefeitos eleitos se organizarem, prepararem os seus projetos, fazerem as transições.

Muitas vezes, nobre presidente, colegas deputados, a gente que disputa a eleição – eu digo “a gente” porque sou deputado estadual e já fui também vereador – acha que a população não combinou com a gente, e a gente fica chateado porque ela não votou. Mas faz parte do jogo das eleições, para quem disputa, perder e ganhar. É claro que a gente disputa sempre para ganhar as eleições, mas quem disputa as eleições e perde às vezes culpa a população porque um ou outro comprou voto, porque o outro pressionou, fez boca de urna...

Na realidade, no meu entendimento, nobre presidente, Srs. Deputados, quando a população toma tendência para um lado, não adianta o candidato a prefeito ou a prefeita encontrar o erro. Aquele ciclo chegou ao final, e a população, sabiamente, votou naquele em quem confia mais e que tem condição, melhor condição, de administrar e fazer um trabalho pelo município. É claro que quem perde fica um pouco chateado porque acha que a população deveria votar naquele candidato que ele apoia ou então nele próprio.

Eu quero aqui citar um exemplo, nobre presidente, nobres deputados, na minha cidade, Barra da Estiva, nas últimas duas eleições, eu apresentei um candidato, inclusive minha mãe foi candidata em uma delas, e perdemos as eleições. Nem por isso eu fiquei chorando lá o leite derramado, reclamando das pessoas que não votaram. É um direito da população escolher o candidato, e, naquele momento, a população não estava confiando, não queria votar no candidato que nós apoiávamos.

Mas agora, recentemente, nas eleições de 6 de outubro, nós apoiamos um candidato, e a população achou por bem apoiá-lo e votar nele, que foi Wilson do Café, e em diversos outros municípios que eu apoiei. É claro que não ganhei em todas as eleições. Eu vi diversas reportagens nos jornais de domingo à noite, de segunda-feira e de hoje pela manhã explicando isso.

Nas eleições deste ano, nobre presidente Zé Raimundo, professor Zé Raimundo, eu acho que a população... Acho não, tenho certeza de que a população não colocou a polarização na frente.

Foi uma eleição que transcorreu normalmente, tranquila e não houve aquela polarização entre dois partidos, como aconteceu em várias outras eleições passadas. Você vê a diversidade: o PSD estava na frente; em segundo lugar o MDB, que sempre foi o primeiro ou segundo maior partido do Brasil; o PT saiu em sétimo ou oitavo lugar. Isso faz parte das eleições. Sabiamente, o povo soube escolher e não polarizou as eleições municipais deste ano.

Então, eu fico muito feliz e muito satisfeito que o processo eleitoral municipal deste ano tenha transcorrido tranquilamente e não tenha havido maiores confusões, maiores brigas. É claro que os seus apoiadores queriam que todos fossem eleitos. Neste ano, eu queria parabenizar o TRE e o TSE, assim como parabenizar a Polícia Militar que conduziu bem a segurança do estado nesse período de eleições, a exemplo dos municípios onde participei efetivamente das eleições.

Quero dizer que a Bahia e o Brasil estão de parabéns, pois elegeram novos prefeitos, novos vereadores. E agora é hora de, junto com os vereadores eleitos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e com os prefeitos eleitos, batermos na porta dos governantes para buscar os investimentos e melhorar a qualidade de vida de todo o povo da Bahia.

Eu queria, nobre presidente – só para concluir –, dizer que hoje eu tinha convidado a nobre presidente da Liga Bahiana Contra o Câncer do Hospital Aristides Maltez, juntamente com Dr. Washington, para virem aqui. Eu queria fazer um apelo a todos os deputados estaduais para que, no Orçamento...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) deste ano, Zé, disponibilizemos, se possível, R\$ 100 mil de cada deputado estadual para colocarmos para o Hospital Aristides Maltez, que faz um trabalho realmente excelente na Bahia e em parte ainda de Sergipe.

Queria pedir esse apoio a todos os parlamentares a partir do mês que vem, em dezembro, quando iremos aprovar também o Orçamento. Já falei disso nesta tribuna, Zé. Para concluir, quero também pedir o apoio a todos os deputados e prefeitos eleitos para que se faça um contrato com o Hospital Aristides Maltez para que disponibilizem dois salários-mínimos mensais para aquele hospital que atende muito bem à população e, principalmente, àquela população que mais precisa do Aristides Maltez no cuidado contra o câncer.

Então, eu queria deixar registrado isso na tribuna. Voltarei ainda a esta Casa, na época oportuna, para dizer que nós iremos colocar esse recurso e ajudar o Hospital Aristides Maltez a cuidar dos pacientes e das pessoas que não têm condições, não têm plano de saúde e precisam daquele hospital para cuidar dos seus parentes, dos seus filhos, ou da sua própria pessoa, já que é uma doença que realmente mata em todo o país e em todo o mundo.

Obrigado, nobre presidente, pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Marquinho Viana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Marquinho Oliveira.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, quero saudar a minha colega aqui presente, deputada Maria del Carmen, que já assumiu de volta o mandato e já volta a esta Casa.

Quero dizer, Sr. Presidente, que é com muita tristeza que a gente vem nesta tribuna, hoje, lamentar o falecimento do vereador José Ariel, da cidade de Queimadas, mais conhecido como Ariel da Martins, um vereador com inúmeros serviços prestados àquela cidade, onde também foi secretário de Infraestrutura na gestão do prefeito André, tendo ajudado muito aquela cidade.

Esse fato aconteceu na noite do sábado, quando foi vítima de um acidente de moto nas proximidades da cidade de Itiúba. Fomos acionados, estivemos perto dos familiares,

tomamos as devidas providências, mas, infelizmente, ele não resistiu aos ferimentos e faleceu.

A cidade de Queimadas perde muito, perde um parlamentar que lutava pelo povo, que defendia aquele povo, tendo sido reconhecido nas urnas, nesta eleição, como o vereador mais votado naquela cidade, com 1.077 votos.

Então, fizemos a moção de pesar para ser encaminhada à Câmara de Vereadores e aos familiares do querido amigo e ilustre vereador Ariel, que nos deixa com muita saudade.

Também, Sr. Presidente, venho a esta tribuna para relatar o triste acontecimento na cidade de Cansanção. A cidade, deputada Fabíola Mansur, vem sofrendo por conta da falta de abastecimento de água na sede e no interior do município. Já agendei uma audiência com o presidente da Embasa, Leonardo Góes, para tratar desse assunto, como também da ampliação da rede de Belo Monte, de Nova Vida, do Alto Bonito, de Nova Esperança, também na Fazenda Alagadiço e Boa Vista, próximo à Lagoa do Sertão.

O povo espera muito essas ligações para que possam amenizar o problema da seca naquele município. Nós sabemos que aquelas cidades, como também Canudos e Monte Santo, já estão sofrendo pela grande estiagem e pela falta dos caminhões-pipas do programa do Ministério da Integração para fazer aqueles devidos abastecimentos, mas o que a população de Cansanção quer é ter água na torneira. Estou sempre entrando em contato com o escritório local da Embasa, o qual relata que não tem mais capacidade suficiente para fazer a distribuição de água devido ao avanço de muitas adutoras novas e, também, à constante manutenção de diversas adutoras regionais.

Então, eu peço encarecidamente à Secretaria de Desenvolvimento Hídrico que solucione esse problema por meio da Embasa e também dê manutenção aos poços artesianos da Cerb, que têm muitos ainda aguardando na fila a manutenção. Falo isso porque sabemos das dificuldades que a nossa região sofre nesse momento de dificuldade, nessa seca que assola o nosso Semiárido.

Então, Sr. Presidente, era isso que eu tinha para falar e peço que encaminhe, em nome da Assembleia, a moção de pesar pelo falecimento do vereador Ariel da Martins.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Marcinho Oliveira. Com certeza faremos o devido encaminhamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Júnior Nascimento.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Sr. Presidente, demais parlamentares, inicialmente, eu queria chamar a atenção, inclusive fazendo uso da tribuna, para pedir o apoio das autoridades, em especial das autoridades policiais e da segurança pública, a respeito de um caso que aconteceu no município de Campo Formoso há 11 dias. No povoado da zona rural chamado Folha Larga, dois homens estão desaparecidos aproximadamente pelo tempo de 11 dias, deixando seus familiares e toda a população consternados e apreensivos.

De forma inusitada, essas pessoas sumiram: o Sr. Pedro Segundo, como era conhecido, um senhor de 63 anos; e Rafael, de 32 anos. De forma inesperada, sumiram sem deixar nenhum rastro. Vale lembrar que há uns 7 ou 8 meses, uma criança também sumiu no povoado de Gameleira do Dida e, de lá pra cá, nenhuma notícia foi dada. A polícia procurou, buscou, mas até então nenhuma satisfação foi dada. Agora mais esse caso. Chama muito atenção dos munícipes campo-formosenses e de toda a Bahia, porque é algo preocupante. Vale destacar que a imprensa – e até agradeço à imprensa – tem feito a sua parte, inclusive os sites de renome nacional estão divulgando esse sumiço, os sites da Bahia da mesma forma, os sites da região, as pessoas estão compartilhando nas suas redes sociais.

Eu queria primeiro dar o meu apoio a todos os seus familiares, rogando por Deus que o mais rápido possível possamos ter uma informação, informação positiva do reaparecimento dessas duas pessoas: Sr. Pedro e Rafael. Então, damos total apoio à família, mas pedimos aos órgãos competentes, principalmente da segurança pública, que dêem uma atenção especial a esse caso, porque chama muito atenção que, no município de Campo Formoso, agora mais dois adultos, um idoso e um homem de 32 anos, tenham sumido. Repito: há pouco tempo, uma criança na comunidade de Gameleira do Dida, que também é zona rural de Campo Formoso, desapareceu.

Pedimos esse apoio, pedimos esse suporte da Secretaria de Segurança Pública, para que possamos encontrar solução e consolar essas famílias que estão apreensivas.

Sr. Presidente, meu muito obrigado. Por hoje é só.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputado Júnior Nascimento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Dando segmento aos inscritos no Pequeno Expediente, eu convido o deputado Marcelino Galo. (Silêncio) Não está presente? Tiago Correia?

O Sr. Tiago Correia (fora do microfone): Abdicarei, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tiago Correia abdica. Sandro Régis? Vitor Bonfim? Rosemberg Pinto?

Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Pinto, nosso líder, no Pequeno Expediente.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidoras, servidores, visitantes.

Presidente, primeiro, eu queria parabenizar Luiz Caetano, ex-deputado desta Casa, que retoma o protagonismo na cidade de Camaçari com a vitória no último domingo. Sem dúvida alguma, a população fez uma opção por esse projeto que é governado pelo presidente Lula e pelo governador Jerônimo Rodrigues, agora Camaçari segue a mesma linha com Luiz Caetano.

(O Sr. Deputado Jurailton Santos faz uma intervenção fora do microfone.)

Obrigado, deputado Jurailton.

Dentro de uma disputa entre quem quer cuidar dos moradores daquela cidade e quem iria constituir um protagonismo, legitimamente, de subordinação da Região Metropolitana à cidade do Salvador, a população de Camaçari entendeu que os municípios precisam ter as suas relações e parcerias, mas ter independência, do ponto de vista da gestão, deputado Pablo. Aproveito o momento e lhe parabenizo pela assunção a vice-prefeito da cidade de Feira de Santana.

As cidades precisam ter as suas independências, precisam compreender as peculiaridades dos seus munícipes para que possam construir uma gestão alinhada com os interesses de cada uma e de cada um. Então, eu quero parabenizar a população e quero dizer que foi uma disputa extremamente acirrada em que os dois lados demonstraram muita garra, do ponto de vista de disputa dos seus projetos. É natural que algumas coisas que aconteceram precisem ser analisadas. Nós tivemos uma conversa, no final da tarde, com o ministro Rui Costa para pautar esse tema das eleições em Brasília, falamos também com os deputados federais, porque a interferência externa... Não quero nominar lado, mas as interferências nas eleições de uma maneira, na minha opinião, fora do regramento legal não ajudam na consolidação da democracia. Isso não é bom para nenhum dos lados. E é preciso que a gente retome o debate sobre a forma da gente se apresentar, ou qualquer um ou qualquer uma, à sociedade, do ponto de vista de avaliar, para que a população possa avaliar com tranquilidade as capacidades, as incertezas, os desafios que cada uma e cada um tem quando se propõe a assumir tarefas, seja no Legislativo, seja no Executivo.

Então, deputado Júnior, é natural que isso... não é algo apenas da cidade de Camaçari, ou de Feira de Santana, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ou lá de Campo Formoso, mas é uma regra que está se definindo na política nacional. E nós precisamos trazer de volta um debate de maior protagonismo, em vez de ser um debate econômico do ponto de vista de quem pode contratar mais pessoas para votar no dia das eleições.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por último, Sr. Presidente, com a sua anuência, acabamos de receber o presidente da Transpetro aqui, na Assembleia Legislativa – esteve com o presidente, Adolfo Menezes; esteve com os deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores e da Bancada do PP, representada por Eduardo Salles –, quando apresentou o revigoramento do Estaleiro Enseada do Paraguaçu com a perspectiva de que aquele espaço construa embarcações já, de forma mais imediata, o que pode gerar empregos para a população de Maragogipe, de São Roque do Paraguaçu, de Salinas e daquela redondeza ali. Então, foi muito importante.

Há também a perspectiva de ampliação desse serviço com a construção de barcos de apoio para a Petrobras, deputada Fabíola, o que pode retomar a geração de emprego no entorno da cidade de Maragogipe, para que São Roque do Paraguaçu volte a ser um espaço de geração de renda, de emprego para aquela população.

Então, nós ficamos muito felizes com a vinda do Dr. Sérgio Bacci, presidente da Transpetro, que é a empresa da Petrobras que cuida da parte de logística, de transporte. Ele, obviamente, está preocupado com a revitalização não só do Enseada do Paraguaçu,

mas discutimos também, um pouco, a questão do canteiro de Paraguaçu, que é fruto do entendimento da Petrobras, que arrendou por algum tempo... Agora, de volta, há um debate com o governo do estado do ponto de vista de que aquela área possa ser um espaço de geração de emprego, de desenvolvimento, de implantação de novas empresas no entorno da cidade de Maragogipe, em especial de São Roque do Paraguaçu.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Para encerrar, conversei com o deputado Alan Sanches sobre a possibilidade de avaliarmos aqui dois projetos fora do que a pauta apresenta – ele ficou de conversar com os seus pares –, que são os de que nós já tínhamos conversado na sessão anterior: o Projeto Minha Casa, Minha Vida, cuja relatora será a deputada Maria del Carmen, o que nós já tínhamos instituído e combinado, aqui, na semana passada; e o projeto de redução do ICMS para as companhias de aviação, que viabiliza, inclusive, o que ontem o governador Jerônimo e diversas personalidades da cidade de Salvador... viabiliza o voo da Air France, que vai fazer uma ligação entre a Bahia e Paris, para, obviamente, criar uma relação de turismo e ampliar o turismo aqui, no estado da Bahia. É lógico que isso também se amplia para outras companhias que possam atender a essa demanda.

Então, conversei com o deputado Alan e ficamos de fazer, um pouco, essa avaliação. Além de um projeto que está sobrestando a pauta e que o governador iria retirar, mas eu pedi ao deputado Alan para dar uma avaliada, porque é um projeto que apenas atualiza o regramento tributário em relação ao regramento federal, que todos os anos nós votamos aqui. Se houver anuência da Base da Oposição, nós votaremos. Caso contrário, nós o retiraremos da pauta, para tirar o sobrestamento, e votaremos os projetos que estão na Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, líder Rosemberg Pinto.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre deputado Diego Castro, para utilizar o tempo do Pequeno Expediente.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos aqui presentes, os que estão nas galerias desta Casa, a TV ALBA que nos acompanha, S. Ex.^a, o povo da Bahia.

Presidente, eu queria falar hoje de um assunto que é um de tantos que nos causam vergonha, infelizmente, mas precisa ser tratado e encarado de frente, diferentemente do que faz este governo, que encara as coisas de costas ou, então, tapando os olhos para a realidade, a exemplo da segurança pública e da educação, que são as piores do Brasil.

Vamos falar de saúde. Além de todos os problemas que temos no que se refere ao cartão de visita da saúde da Bahia, que é a fila da morte, a da Regulação, que é o principal problema que nós temos, existem outros qualificadores que colocam a nossa saúde como a pior do país e que precisa urgentemente, urgentemente de uma mudança de postura.

O primeiro ponto que eu quero destacar é a crise na infraestrutura, a superlotação em hospitais que têm uma estrutura crítica, uma situação deficitária, sobrecarregada.

Grande parte da rede está sobrecarregada, insuficiente para atender às demandas do povo baiano, principalmente o do interior.

E eu falo de outro ponto: a regionalização da nossa saúde. Temos apenas 49 hospitais de grande porte para atender à demanda, o que é um absurdo para o tamanho do estado, com 15 milhões de habitantes. Um estado que, infelizmente, trata essa questão da saúde – aí, eu entro em outro ponto – do ponto de vista paliativo e ainda de maneira bem mequetrefe, o que é a cara deste governo, a cara da gestão PT.

Quando eu falo de maneira mequetrefe, eu me refiro a quê? Acha que feira de saúde vai resolver o problema, acha que mutirão vai resolver o problema, porque o governo se resume a fazer isso: dizer que feira de saúde e mutirão estão resolvendo o problema da saúde pública, quando, na verdade, os hospitais são horríveis, a estrutura das unidades é péssima, o atendimento é uma porcaria, com todo o respeito aos profissionais de saúde, principalmente os médicos, técnicos de enfermagem, enfermeiros, todos, desde o zelador ao pessoal que trabalha nos serviços gerais, não por demérito desses profissionais, mas porque o estado é um verdadeiro gestor de açougue, não de hospital, não de saúde pública.

E fica-se nessa dependência de ações temporárias, sem um planejamento consistente, fica com essa enrolação, com essa enganação! É essa a forma PT de fazer política, principalmente do partido que tem célebres figuras que adoram falar bem do SUS: "Eu amo o SUS, eu louvo o SUS". E a verdade é essa aí: quando se parte para a prática, são os açougues que são os hospitais da Bahia, infelizmente, na gestão do PT, que é a pior do Brasil!

E mais, remeto, aqui, a outra questão: a gente sabe que a saúde, pela nossa legislação, nosso ordenamento jurídico, é compartilhada, mas o estado não está fazendo a sua parte para manter de pé, de maneira eficaz, e dando o tratamento que deve...

(O Sr. Presidente aciona as campanhas.)

(...) às unidades básicas de saúde, que são as portas de entrada dessa realidade.

Por fim, presidente, com a sua tolerância, eu quero saber para onde está indo esse aumento de 15,31% que o estado diz que fez para a saúde! O secretário tem que dar explicações – porque, com certeza, para a melhoria da saúde dos baianos é que não está indo. Está indo para qualquer outro lugar, menos esse. Onde foi que enfiou esses 15,31% de aumento? Fica a pergunta, fica o questionamento, porque se esse recurso fosse realocado, sim, otimizado e fosse para onde deveria não haveria essa carnificina que se encontra nos hospitais do nosso estado e na saúde em geral.

Por fim, conclamo esta Casa, principalmente a Bancada do Governo, as bancadas do PT, do PCdoB, do Psol... Cadê o Hilton Coelho? Seu partido também apoiou o PT! Não negue agora, não tape o sol com a peneira porque é uma realidade clara. Cadê vocês agora? Conclamem-se e, juntos, se unam para pedir uma auditoria na saúde pública da Bahia e saber como estão sendo aplicados esses recursos, como, de maneira concreta, estão sendo enfrentados os problemas da saúde, ...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, deputado.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: (...) e para achar os culpados. Porque do jeito que nós estamos, com a pior segurança do país, com a pior educação do Brasil, e a saúde a

gente já sabe onde está, a gente vai ter uma fábrica de cadáveres, que é o estado da Bahia, onde o governo do PT tem diretamente as suas digitais, com as mãos cheias de sangue, infelizmente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado. Fomos tolerantes com o tempo porque já estava para se esgotar o Pequeno Expediente e para não interromper o raciocínio de V. Ex.^a

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já passamos, portanto, para o Grande... ou melhor, para o Horário das Representações Partidárias. Inicialmente, o horário do Psol, de 2 minutos. Não estando presente o nobre deputado Hilton Coelho, passamos para o Grande Expediente, melhor dizendo, agora. Eu concedo a palavra ao líder...

Já destacou?

No Grande Expediente, falará a oradora inscrita, em nome do Bloco PL/Solidariedade, a nossa nobre deputada Fabíola Mansur, pelo tempo de 25 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, saudando, inicialmente, com muita alegria, o retorno da nossa deputada Maria del Carmen, aqui sempre uma deputada extremamente qualificada, ex-presidente da CCJ e que também é procuradora-adjunta das mulheres desta Casa. Saiba que fez muita falta, deputada Maria.

Aproveitando, quero saudar todos os servidores desta Casa e os servidores do estado da Bahia pelo dia de ontem, sabendo que todos os serviços públicos a que nos referimos e que salvaguardamos existem graças ao protagonismo desses que são servidores das áreas de infraestrutura, de saúde, de educação, de cultura. E quero, com um carinho especial, saudar os servidores desta Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu quero, aqui, saudar as eleições que foram democraticamente finalizadas no último domingo, saudando todas as prefeitas e prefeitos eleitos. E quero começar com o ex-deputado e secretário Luiz Caetano. Com certeza, essa é uma vitória que aquece a nossa esperança, porque sabemos do amor que Caetano tem por Camaçari e da importância de reestruturar aquele município nos quesitos saúde, educação, infraestrutura. Com certeza, com os apoios do nosso governador Jerônimo, do presidente Lula e com todos os arranjos para reindustrializar Camaçari, deputado Ricardo, nós teremos uma mudança de verdade.

Eu não posso, também, deixar de parabenizar aqueles prefeitos e prefeitas, cujas ações nós ajudamos a construir. Eu quero começar pela eleição do prefeito da minha querida cidade de Irecê, o grande Murilo, que sucede Elmo, deputado Alan Sanches. Tenho certeza de que ele fará um grande trabalho, continuando a revolução que Elmo fez na cidade.

Há as reeleições da nossa prefeita Eliana, em Cachoeira, e do prefeito Di Cardoso, em João Dourado. Ainda há a eleição de Mateus Machado, em São Gabriel, uma eleição

extremamente importante e estratégica; do querido Iedo Elias, em Belmonte; de Micael, em Condeúba; de Valnicio, em Maragogipe; e de Zezinho, em Itaparica. E, por último, a vitória espetacular de Andrei da Caixa, em Juazeiro.

Eu acho importante, também, a gente ressaltar o trabalho daqueles que não lograram êxito por este ou por aquele motivo. É da democracia perder. Quantos aos queridos de Mulungu do Morro, de Guaratinga e de Ibititá, saibam que poderão contar com esta deputada.

Sr. Presidente, também, como procuradora da Procuradoria Especial da Mulher, eu venho ressaltar que nós tivemos, na verdade, um primeiro avanço elegendo duas mulheres prefeitas de capital. Com certeza, esse é um número muito aquém daquilo que a gente desejaria, mas marca avanços importantes na representatividade feminina. Nós repetimos os números de 2016 e 2020.

É importante, deputado Raimundinho da JR, aproveitando para saudá-lo pelo trabalho que faz em Dias d'Ávila, V. Ex.^a tem amor por aquela terra, dizer que, se não forem tomadas atitudes no Congresso Nacional para mudarmos a legislação, – ao invés de termos cotas nos partidos de 30% deste ou daquele gênero, mas que, geralmente, presidente, se refere às mulheres, para cadeiras – nós não vamos conseguir aumentar a representatividade feminina nas câmaras municipais, deputado Robinson.

Vejam o que nós tivemos em todo o país! Dos 5.570 municípios, apenas 722 mulheres foram eleitas prefeitas. Isso representa, aí, um leve aumento em relação a 2020, mais ou menos, de 12%. Nós temos de saudar o estado de Roraima, deputada Olívia, pois obteve 26% de mulheres eleitas ao cargo de prefeita. A desproporção gigantesca, infelizmente, é no estado do Espírito Santo, que obteve a menor proporção de prefeitas eleitas: apenas 2%.

Isso revela a importância que nós temos de, durante os 4 anos subsequentes, estimular as candidaturas femininas não apenas no período eleitoral. É preciso capacitar as mulheres, a nossa militância e dar oportunidade a essas mulheres com recursos em tempo hábil.

Mas também devemos voltar a discutir com as nossas deputadas federais para tocarem o projeto de cadeiras. Vejam, 50% de cadeiras seriam o ideal da paridade. Em não sendo possível, demos começar com uma transição, transição essa que poderia começar com 15% das cadeiras nas câmaras; depois com 20%, até atingir os 50%. Por isso, a gente vem debatendo esse assunto aqui.

Mas quero também trazer, para além da violência política que, muitas vezes, as candidatas sofrem dentro dos seus partidos, outras questões, como, por exemplo, não terem recursos em tempo hábil, a gráfica, ou até um valor, deputada Maria del Carmen, para tocar a sua campanha. Nós tivemos um dos maiores índices de violência política de gênero! Isto é, mulheres candidatas a vereadoras e mulheres candidatas a prefeitas sofreram violência política, ameaças, ofensas e humilhações. Isso é inadmissível!

E é importante... Por isso, tivemos a oportunidade de propor, junto à nossa deputada que atualmente exerce o mandato de secretária de Políticas para as Mulheres, deputado Robinson Almeida, da CCJ, uma audiência pública conjunta para tratar do tema da violência política de gênero.

Foram inúmeras as denúncias enviadas à Procuradoria Especial da Mulher, da ALBA, como também enviadas à Secretaria de Política para as Mulheres da Bahia. É inadmissível que a gente tenha, no século XXI, uma impunidade em relação a uma lei que já existe desde o ano de 2021, a Lei nº 14.192/2021, que pune com prisão de 1 até 3 anos com atenuantes, no caso dessa mulher ser idosa, pessoa com deficiência, que pune essas mulheres e a gente não ter a devida punição.

Estivemos, com certeza, antes das eleições, com o desembargador e presidente do TRE, Abelardo, para tratar deste tema. Na oportunidade, tivemos uma audiência com vários juízes e promotores para tratar da Lei nº 14.192/2021.

De forma que eu quero saudar as 722 prefeitas eleitas em todo o país, em especial, as prefeitas das capitais Campo Grande e Aracaju. Quero saudar as prefeitas eleitas no estado da Bahia, assim como quero saudar os vereadores e as vereadoras, mas sobretudo saudar, com muito carinho, as vereadoras que conseguiram lograr êxito.

Ressalto que não é o fato de serem, apenas, mulheres. Mas é importante estarem afinadas com as pautas das mulheres, quais sejam: os enfrentamentos contra a violência, a inclusão produtiva das mulheres, a autonomia financeira das mulheres e a qualificação dessas.

Mas, agora, eu quero me referir, líder Rosemberg, à fala do deputado que nos antecedeu. Realmente, não sei se o deputado mora no planeta Terra ou não sei se é um desconhecedor na matéria da saúde.

Primeiro, ele fala que há poucos hospitais no estado. Quero dizer ao deputado que, nos governos Wagner, Rui Costa e Jerônimo, foram 16 novos hospitais inaugurados. São 16 novos hospitais inaugurados! Isso aumenta, com certeza, o número de vagas ofertadas para os pacientes. Obviamente, nós deveríamos ter muito mais hospitais.

O que nós, no entanto, precisamos é reconhecer o esforço do estado em regionalizar a saúde, ajudando os municípios. Não sei em quais municípios o deputado tem atuação. Mas o que está faltando, efetivamente, é que os municípios também, junto com a parceria com o estado, possam assumir a sua responsabilidade.

Porque o que nós encontramos nos municípios, os chamados hospitais municipais, muitas vezes, não têm condição alguma de recepcionar, sequer, uma criança com uma sutura a ser feita, uma criança asmática, porque não tem estrutura alguma. É importante ressaltar que o governador Jerônimo já se disponibilizou a ajudar aquelas regiões cujos prefeitos queiram oportunizar um hospital municipal. A saúde é um bem público e é prioridade, vice-prefeito Pablo, já lhe parabenizando pela sua vitória. V. Ex.^a sabe que há recursos finitos para demandas infinitas. E é o regime de colaboração que faz a diferença.

Mas ele chegar aqui para dizer que não há unidades básicas no estado?

Primeiro, isso é de responsabilidade dos municípios, deputado Patrick, deputado Vitor, a construção de unidades básicas de saúde. Aliás, unidades de saúde da família que podem fazer prevenção.

Segundo, nós temos 26 policlínicas inauguradas. São policlínicas com consultas de especialidades e com exames especializados que anteciparam muito o diagnóstico de várias doenças e, até, diminuindo a demanda nos hospitais.

Nós temos o atendimento básico, que é de responsabilidade dos municípios; e os atendimentos de média complexidade, que devem ser divididos entre o estado e os municípios, com o estado fazendo a sua parte ao construir policlínicas. Aliás, a última policlínica licitada foi exatamente no município de Camaçari. Eu estava, lá, junto com a deputada Ivoneide. São 26 policlínicas construídas, 16 hospitais, dentre os quais, um dos maiores hospitais ortopédicos do país, um dos maiores hospitais da mulher. Logicamente, isso diminui a necessidade de leitos, mas isso não resolve o problema.

Então, quem não entende do traçado deve parar de ficar falando da Central de Regulação de forma injustificada. Temos, sim, sempre, de melhorar a Regulação. Mas a melhoria da Regulação se faz através de tecnologia, de pessoas, mas se faz também com a nova oferta de leitos. Não é possível nós termos uma demanda, muitas vezes, por 1 mil ou 2 mil leitos em diversas especialidades e não termos essa oferta.

Então, é preciso que a população compreenda o que é a Regulação. Nós não queremos viver no tempo que vivíamos lá atrás, em que aqueles que não tinham ninguém a pedir favores morriam, e aqueles que tinham alguém, o famoso “quem indica”, tinham acesso aos leitos. A Central de Regulação, deputado Robinson, deputado Rosemberg, não é a culpada, e sim a nossa dificuldade em ofertar leitos.

Mas, felizmente, o governo do presidente Lula veio para construir uma série de coisas que eram negadas, a exemplo da ciência. Leitos não eram habilitados no estado da Bahia por perseguição. Através da ministra Nísia, nós conseguimos habilitar leitos de UTI; construir leitos em hemodinâmica; construir e terminar unidades de alta complexidade em oncologia; ofertar novas policlínicas; ofertar, deputado Bobô, novas UPAs; ofertar novos procedimentos no estado da Bahia.

Então, eu quero dizer que o deputado que me antecedeu desconhece, totalmente, da saúde! E ele pede, aqui, uma auditoria! Eu acho que ele deveria... porque ele está falando, eu acho, que, para o município, porque o que ele pediu Unidade Básica de Saúde, mas o que ele pediu foi mais hospitais.

Nós precisamos que os grandes e médios municípios, deputado Júnior Nascimento, possam, em regime de colaboração com o estado, inaugurar e ter resolutividade, porque, se a gente não tem resolutividade nos hospitais municipais, é impossível a gente resolver esses pacientes sem mandar para os grandes hospitais.

Quando o governo... E aproveito para saudar a secretária Roberta, o nosso governador Jerônimo e quem antecedeu na secretaria, a secretária Adélia, a secretário Fábio, o ex-secretário e atual deputado federal Solla. Sempre houve a proposta de interiorizar a saúde. Isso é diminuir o sofrimento desses pacientes que faziam “ambulancioterapia”. Não havia um atendimento cardiológico de alta complexidade; não havia, deputada Maria del Carmen, tratamento de câncer – eram filas e filas na porta do Aristides –; não havia uma série de procedimentos e cirurgias ortopédicas.

Então, agora, com a interiorização e com a resolutividade, porque temos hospitais em todas as regiões – já falei aqui, não vou citar todos, mas até na Costa do Descobrimento, há um dos maiores complexos hospitalares que já vamos ter no Extremo Sul –, nós temos uma verdadeira revolução.

E, aí, o deputado também afirma o seguinte: “Vou fazer uma auditoria para ver onde é que está o dinheiro!” Deputado esse que joga para a plateia discursos vazios que

vão, depois, para a internet para ele conquistar os votos do povo negacionista da ciência, do povo negacionista de vacina, que são as pessoas que ele, com certeza, quer captar o voto. Mas auditoria de quê, deputado? Se o segundo maior estado em investimento em saúde do país é a Bahia!

O Sr. Rosemberg Pinto: V. Ex.^a me permite um aparte?

A Sr.^a Dra. **FABÍOLA MANSUR**: Com a palavra, para um aparte, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Minha querida deputada Fabíola, eu ouvi, atentamente, o deputado Diego. Ele mistura as coisas. Primeiro, UBS é de responsabilidade dos municípios, não é do governo do estado. As unidades que cuidam da atenção básica são reguladas pelos municípios. Então, eu fiquei muito preocupado se ele estava fazendo crítica a nós, ou se ele estava fazendo crítica aos prefeitos, que me parece, em tese, até ser da sua base aliada, ou se é um desconhecimento com relação a esse tema.

O governo do estado tem recebido visitas dos governadores de outros estados, inclusive, de governadores que não são da linha do presidente Lula – como nós somos – para verificar o sucesso da saúde na Bahia com relação aos novos hospitais e policlínicas e para visitar o maior hospital ortopédico da América Latina, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um hospital público que não se compara a nenhum hospital privado nessa especialidade.

Ou seja, eu acho que o objetivo é apenas transformar as falas aqui em publicidade, e às vezes uma publicidade que não condiz com a...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) verdade dos fatos.

Eu acho que isso não é bom para o Parlamento. O Parlamento precisa repudiar qualquer tipo de utilização dos seus espaços para divulgar algo, que na realidade, não condiz com a verdade dos fatos.

Eu acho que nós precisamos conversar direitinho sobre isso. A Casa precisa se reposicionar, voltar a ter um debate temático aqui, mas com um conteúdo capaz de ajudar a sociedade a pensar.

Inclusive, nós estamos, já a partir de hoje, com vistas às eleições de 2026. Cada deputado e cada deputada passará por um novo vestibular. Eu tenho convicção de que qualquer fala, aqui, que não seja condizente com a realidade não ajuda o parlamentar, muito pelo contrário: isso começa a passar um sentimento para a sociedade de que as falas, aqui, são utilizadas muito mais dentro de um olhar midiático do que, efetivamente, num debate de conteúdo que ajuda a sociedade a pensar.

Então, eu quero aqui somar ao vosso debate, à vossa fala. Não tem nada pessoal, mas sim, do conteúdo sobre o que é a saúde pública no estado da Bahia. Quero reafirmar o compromisso do nosso governador Jerônimo Rodrigues em dar continuidade a esse atendimento à saúde pública, que, hoje, passou a ser referência no Brasil, na Bahia, referência para o Brasil e para o mundo.

Eu recebi a visita de uma pessoa de fora do país, da nossa vizinha Argentina. Essa pessoa precisou de um atendimento público em um hospital aqui do estado. Quando ele

entrou no hospital e viu o que era esse hospital, ele saiu entusiasmado me dizendo: “Rosemberg, não existe em nenhum lugar do mundo um hospital público com essa qualidade e com a qualificação dos profissionais. Eles me atenderam de uma forma extremamente carinhosa, respeitosa, mesmo sendo um hospital público.”

Olhem como ele falou. Parece que hospital público é para atender mal, que hospital público não é para dar um bom atendimento. Esses hospitais, esse serviço que o governo do estado faz, traz uma mudança de lógica: respeitar o público e as pessoas que procuram o hospital público no estado da Bahia.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Obrigada, deputado Rosemberg. Eu gostaria de incorporar a fala do deputado Rosemberg ao nosso pronunciamento.

Lembrando que quando a gente defende a saúde pública, defende o SUS não dá para ser hipócrita ou midiático porque, na verdade, nós temos que incorporar a defesa... Saúde é suprapartidário. Então, se nós temos soluções, temos que apresentar essas soluções e está, aqui, o Plenário e está, aqui, a Comissão de Saúde. Mas não podemos, efetivamente, desorientar a população.

Por último, quero justificar também que o governador Jerônimo, Sr. Presidente, determinou que ninguém voltasse, deputado Robinson, que nenhum paciente que não tivesse... porque muitas vezes os municípios mandam os pacientes na ambulância e os deixam à porta. O governador Jerônimo decidiu que não voltaria um paciente, porque tentaria, mesmo no corredor, ampliar o apoio da equipe de saúde para salvar aquela vida.

Eu acho isso muito bacana. Enquanto isso, nós estamos investindo em saúde. E muito! O segundo maior estado que investe em saúde é a Bahia, o primeiro é São Paulo. Lembrando que São Paulo tem um PIB muito maior que o da Bahia.

Então, a gente tem de se orgulhar da saúde da Bahia. Melhorar, sim, porque não tem nada perfeito no SUS. A Central de Regulação é perfeita? Não. Mas nós temos que sugerir melhoras, reconhecendo os avanços! São 26 policlínicas, 16 hospitais construídos e parcerias importantes com os municípios para dar resolutividade nos municípios.

Eu agradeço aos prefeitos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que vão trabalhar conjuntamente com o governador Jerônimo, com a secretária Roberta, para melhorar a resolutividade dos seus hospitais.

Por fim, Sr. Presidente, eu só quero aqui saudar o presidente Lula, porque em setembro foi aumentada a pena do feminicídio para 40 anos. Isso reforça o compromisso que o governo tem para que esse crime...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) hediondo não passe impune. Agora é lei sancionada. São 40 anos de pena para aqueles agressores, assassinos que cometerem feminicídio.

Muito obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Fabíola Mansur.
(Não foi revisto pela oradora nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora, sim, seguindo a ordem da sessão, entramos no Horário das Representações Partidárias. O primeiro horário é do Psol.

Foi registrada de forma antecipada, a ausência do nosso prezado deputado Hilton Coelho. Em seguida, será o horário do PSD. Eu convido o líder do Governo e da Maioria ou o líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, falará por 7 minutos a deputada Olívia Santana e por 6 minutos o deputado Robinson Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Portanto, a nobre deputada Olívia Santana volta à tribuna agora, com 7 minutos à sua disposição, no Horário das Representações Partidárias; em seguida será Robinson por 7 minutos também.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna, primeiramente, que bom que nós retomamos, com mais força, à agenda de trabalhos nesta Casa e ao debate acalorado neste Plenário, o que é tão necessário ao Parlamento. É aqui, que a gente apresenta os nossos argumentos. É aqui que a gente defende as nossas posições políticas. É aqui que a gente defende políticas públicas para a população.

Eu quero saudar todo o esforço que o governador Jerônimo Rodrigues vem fazendo em dar continuidade a uma agenda de implantação de policlínicas e de hospitais. Agenda essa que segue uma construção desde o governo Wagner e o governo Rui Costa, e que só tem avançado na Bahia.

É importante destacar que a Bahia, hoje, tem vários hospitais públicos de referência. O Hospital da Mulher acabou de ser ampliado, recentemente, no mês passado. Nós estivemos, juntamente com o governador Jerônimo, abrindo as novas alas do Hospital da Mulher com novos leitos, com novas UTIs e com novas possibilidades para tratamento intensivo das mulheres, sobretudo daquelas acometidas pelo câncer.

Nós estamos encerrando o Outubro Rosa, e o Governo do Estado da Bahia fez um esforço gigante no sentido da ampliação do diagnóstico e de garantia de tratamento do câncer de mama nos casos diagnosticados.

É importante também destacar o Hospital Ortopédico, outra referência com equipamentos de ponta, equipamentos que, inclusive, no Nordeste, só a Bahia os tem. Portanto, nós não podemos subestimar essas conquistas, a exemplo do Hospital de Subúrbio, que já ganhou inúmeros prêmios.

Nós estamos aqui 1 dia depois do dia das servidoras e dos servidores públicos. Temos que fazer jus a todo esforço que vem sendo feito por todas as equipes hospitalares no sentido de dar vazão, de dar consequência ao tratamento e ao atendimento das pessoas.

É claro que ainda falta muito, mas não se pode negar aquilo que já foi conquistado no nosso estado. Eu destaco a competência da secretária Roberta, deputada Fabíola, que tem se destacado entre as secretárias e os secretários de Saúde no Brasil, como referência, como uma das melhores profissionais, como uma pessoa que conhece profundamente a máquina pública da saúde, que tem os dados na ponta da língua. Não há um serviço ou um hospital que a gente vá levar uma demanda para Roberta que ela não diga: “É em tal lugar que está acontecendo e tem ‘x’, ‘y’ e ‘z’ providências que estão sendo tomadas.”

Portanto, eu quero aqui resgatar o papel importante dessa mulher como gestora pública da saúde e dizer o quanto é bom ver que, apesar de todos os desafios, a saúde na Bahia está caminhando cada vez mais e melhor, no sentido de atender a população com

novos equipamentos, unidades de atendimento e com esse esforço de profissionais para garantir os bons atendimentos, apesar de a Bahia ter um Orçamento ainda muito pequeno, que não dá para comparar com o do Rio de Janeiro, com o de São Paulo.

Apesar de todos esses desafios orçamentários, o governo tem feito um esforço enorme para garantir investimentos na saúde e na mudança que também vem acontecendo na rede de escolas do nosso estado da Bahia. Essas coisas nós não podemos deixar de destacar.

Se querem fazer a críticas, é preciso ter as informações com qualidade, com verdade, para se estabelecer um debate real e não um debate fantasioso, principalmente, considerando a origem, de onde vem essa crítica. Vem de quem nega vacina, de quem é negacionista, de quem sempre trabalhou ao lado daquele presidente que foi responsável por mais de 700 mil mortes durante a pandemia, enquanto o nosso Governo do Estado da Bahia e outros governos lutavam, pelevavam, nadavam contra a maré – a maré de uma presidência negacionista – para garantir a salvação de vidas em nosso país.

A Bahia não pode nem ser comparada a São Paulo em termos de PIB. O PIB de São Paulo é maior do que o de muitos países da América Latina, mas mesmo assim a Bahia faz todo um esforço para garantir investimentos e inovação na área da saúde. Repito, sabemos que os desafios são enormes, afinal Sistema Único de Saúde (SUS) é o maior sistema público do mundo, do mundo! O SUS é para atender a todas as pessoas, deputado Marcelino Galo, que dele precise. Claro, a colcha é curta com a...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) política de estado mínimo, que esses mesmos que fazem a crítica sempre defenderam, está certo? Eles sempre defenderam o subfinanciamento dos serviços públicos e agora vêm aqui pousar de preocupados com a população, sendo que, na prática, e a prática é o critério da verdade, essas pessoas e esses parlamentares que não têm compromisso com o Estado, com a estrutura pública da saúde...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) nem dos outros serviços não podem rezar em duas cartilhas. É preciso garantir que a prática seja, sim, o critério da verdade.

Então, eu finalizo aqui a minha fala saudando, mais uma vez, todo o esforço que o Governo do Estado da Bahia tem feito para garantir serviços públicos de saúde, de educação e de todas as outras áreas em nosso estado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Olívia Santana.

(Não foi revisto pela oradora.)

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em segmento, Robinson Almeida, conselheiro do Vitória. Com a palavra dentro do horário partidário

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, profissionais da comunicação que trabalham nesta tarde, quem nos acompanha também pelas galerias e pela TV ALBA, eu quero aqui parabenizar o povo de Cafarnaum, que na última sexta-feira recebeu a visita do governador Jerônimo Rodrigues.

Foi um dia histórico com a entrega de várias obras e equipamentos no valor de mais de R\$ 100 milhões. A estrada que liga o município de Cafarnaum até o distrito de Segredo e até a Estrada do Feijão foi entregue completamente restaurada, foram R\$ 70 milhões de investimentos.

Além disso, foram entregues uma novíssima escola de tempo integral, mais de R\$ 30 milhões, e obras na área de oferta de água para o distrito de Canal, sendo feitos investimentos também em infraestrutura, um novo batalhão da Polícia Militar e equipamentos de saúde, como ambulância, além de um novo ônibus escolar. Realmente, foi um dia que vai marcar a história de Cafarnaum.

Parabenizo a prefeita Sueli, parabenizo também o grupo que reeleger o prefeito que vai comandar o município nos próximos 4 anos, uma conquista importante para a cidade, para a continuidade de um trabalho que tem sido muito bem-feito. Quero desejar sucesso a Carlan Novais, a Léo Canal, que continua como vice na próxima gestão, e agradecer ao governador Jerônimo por esses investimentos importantes.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu também tenho que registrar que a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, o grupo Neoenergia, que comanda a Coelba, entrou, junto ao Ministério de Minas e Energia e da Aneel, com um requerimento solicitando a manutenção da exploração da concessão da distribuição de energia elétrica no nosso estado.

Como nós sabemos, há uma cláusula no contrato que favorece muito o grupo Neoenergia. A cláusula determina que, faltando 3 anos, como agora está datado, o concessionário pode pedir uma renovação automática por mais 30 anos para continuar explorando o serviço de distribuição de energia.

Ora, vejam, como é que pode uma empresa muito mal avaliada, campeã de reclamações no Procon, querer, sem licitação, continuar por mais 30 anos infelicitando o povo da Bahia? Por isso mesmo é que esse contrato precisa ser revisado, esse contrato precisa ser modificado, e uma nova licitação deve ocorrer.

Essa licitação deve ser, inclusive, de ampla concorrência, internacional, com um novo modelo, talvez dividindo-se o estado da Bahia em algumas regiões, para que a gente não possa ficar refém de um monopólio privado que não tem resolvido os problemas do nosso povo, não tem oferecido infraestrutura de energia, atrapalhando o desenvolvimento do nosso estado e causando prejuízo aos consumidores.

Por isso mesmo nós vamos fazer uma audiência pública neste mês, para apresentar à Aneel um conjunto de sugestões visando aperfeiçoar o contrato e impedir uma renovação automática da Coelba aqui na concessão da Bahia. É uma mobilização que temos levado à frente na Comissão de Infraestrutura, onde foi criada uma subcomissão de fiscalização dos serviços da Coelba, a qual eu coordeno, e nós vamos fazer, ainda no mês de novembro, uma audiência pública para apresentar essas sugestões à Aneel.

Nós vimos o que está acontecendo em São Paulo: a cidade mergulhada em apagões por conta da deficiência desse modelo de privatização em que a empresa não consegue atender as necessidades do povo.

Sr. Presidente, no último domingo teve a eleição do segundo turno na cidade de Camaçari, e o prefeito Luiz Caetano foi eleito, confirmando, mais uma vez, a vitória que

já tinha tido no primeiro turno. Uma vitória importante, porque os apressados começaram a cantar de galo com o resultado do primeiro turno, cantando vitória antes do tempo, e o governador Jerônimo foi trabalhar com o PT, com os partidos da base, e o povo de Camaçari lhe deu uma retumbante vitória, o que confirma que o projeto liderado pelo presidente Lula, liderado pelo governador Jerônimo mantém a sua vitalidade.

Camaçari é o quarto município do estado, o maior PIB do interior da Bahia, e será governado nos próximos 4 anos pelo competente prefeito Luiz Caetano, que já governou a cidade por três gestões, sempre bem aprovado, porque sabe cuidar de gente. Eu não tenho dúvida nenhuma de que, em Camaçari, vão voltar a funcionar...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) os serviços públicos de saúde, de educação e de transporte.

Camaçari, infelizmente, foi mal administrada pelo atual prefeito nesses últimos anos, e o povo, de forma sábia, não lhe deu a recondução do mandato, preferiu ir por um caminho mais seguro, que é o caminho de quem tem compromisso efetivo com o povo da cidade. Além disso, tem a parceria de Lula e Jerônimo para levar mais investimentos para Camaçari.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Parabéns, Caetano! Boa sorte! Bom mandato! E parabéns ao povo de Camaçari!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Robinson Almeida.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, por todo o tempo falará o deputado Diego.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Portanto, pelo tempo de 10 minutos, a palavra está aberta ao nobre deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, fico olhando aqui a hipocrisia de certas figuras, inclusive no que tange às suas críticas políticas reacionárias. Eu quero rebater os argumentos distorcidos, falaciosos da deputada Fabíola Mansur e, principalmente, da deputada Olívia Santana.

Primeiro, chamar o governo Bolsonaro de negacionista e querer posar de paladina, principalmente na questão da imunização, você me desculpe. Santa paciência, santa cara de pau! Porque foi o governo que se antecipou quando aconteceu a questão fatídica da covid-19.

Agora vamos falar... Inclusive, deputadas, isso aqui vocês não falam, ou melhor, “V. Ex.^{as}”, que é para manter o decoro: “*Governo Lula se contradiz com discurso a favor de vacinas e falta de imunizantes em municípios*”. É o governo que, com a sua incapacidade na saúde, com o seu negacionismo está levando milhares de pessoas à morte, principalmente crianças. No país, 64% do estoque de vacinas está comprometido por conta do negacionismo do PT, de Lula, e Jerônimo não fica atrás aqui na Bahia.

Subir à tribuna para falar que há problemas, além de todos os problemas, como a Olívia Santana aqui falou: “A gente enfrenta o problema do Orçamento”... Que contradição! Primeiro, diz o próprio secretário que o investimento aumentou em 15,31%, e em um dado recente do governo federal consta que a Bahia foi o quinto estado do país que mais recebeu recursos para a saúde.

Que conversa falaciosa é essa? Que discurso atrapalhado é esse? Deputada Olívia Santana, cadê a senhora aqui no Parlamento para justificar isso? Correu porque, como sempre, foge! Na hora que se contradiz com a inverdade, corre e depois quer tratar tudo em Conselho de Ética porque não tem capacidade para travar um debate aqui, à altura do Parlamento, quer resolver no “tapetão”.

Explica aqui, deputada! A senhora, que me chamou de desconhecedor dos problemas da saúde, de alguém que não conhece, posa como paladina, como defensora, principalmente, dos serviços que são decorrentes dos direitos sociais, inclusive a saúde. Engraçado, uma professora fala isso e vota contra os professores! Bonito, deputada, cadê a senhora aqui para justificar?...

(A deputada Dra. Fabíola Mansur se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Deputada Fabíola, faça sua defesa, justifique também! Justifique onde é que está esse negacionismo do governo Bolsonaro, onde é que está essa Bahia da saúde tranquila, o paraíso. Acho que Adão e Eva queriam ressuscitar para voltar para cá de novo, dizer: “Eu quero voltar, Jesus, para morar na Bahia porque é um paraíso esse estado, principalmente os hospitais”.

Cadê a senhora para mostrar onde é que está essa saúde de qualidade que vocês aqui tanto enfatizaram. Eu pergunto, fica até ridículo, ridículo para a base governista, eu pergunto a qualquer baiano que está nos assistindo, a qualquer cidadão baiano: a saúde pública deste estado que o governo estadual do PT oferece a vocês refletem o discurso da deputada Olívia Santana e da deputada Fabíola Mansur? Responda S. Ex.^a, o povo da Bahia. É claro que não! Lógico que não!

Queria, presidente, morar nessa propaganda que o PT faz. Que Bahia linda – não é? – essa do PT, não esse calabouço em que ela se encontra. O estado de um povo de bem, de um povo acolhedor, de um povo trabalhador, mas que está nas mãos de uma traça, um partido que é como ferrugem: por onde passa, corrói, que é uma praga neste estado! Essa praga que temos que extirpar no ano de 2026.

Povo da Bahia, não caia nesse discurso, dê uma reviravolta! Vamos na contramão dessa porcaria que está nos governando, ou vocês continuarão insistindo no erro para continuarmos assistindo a isso aqui...

(O orador aponta para o Plenário.)

As coisas andando na vala da desgraça, essa é que é a verdade, mas o discurso e o negacionismo do governo do PT, sim, pregam o paraíso. Essa é a realidade!

E, para finalizar, presidente, que eu não vou usar este tempo todo, para concluir: Este é o PT! Mais uma vez, o PT é o partido que, no discurso, ludibria, engana e, na prática, assassina e mata, como está matando milhares, milhões de baianos que dependem da saúde pública, do SUS, da fila da regulação e, agora, da vacina do Lula, que tanto

pregou contra o negacionismo e está se tornando o maior negacionista, ao lado de Jerônimo, na Bahia e no Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante para falar ou indicar o orador pelo tempo...

O Sr. Samuel Junior: Não há orador, presidente.

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) de 10 minutos

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, falará por todo o tempo a deputada Fabíola Mansur, que hoje está de azul, mas o coração é vermelho que nem a minha gravata.

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: É verdade, deputado.

Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado, pela indicação.

Pelo tempo de 10 minutos, com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Obrigada.

Volto a esta tribuna mais uma vez porque temos a *TV Assembleia*, que nos ouve, os nobres deputados e deputadas e as redes sociais, que nos acompanham.

Não pode, aqui, um deputado tentar argumentar o indefensável. Então, eu quero ratificar o que houve de negação de vacinas no governo que ele defende. A pior baixa da cobertura vacinal dos últimos tempos foi no governo que ele defende, governo negacionista, que negou a ciência, negou a vacina, matou gente. Foram 700 mil pessoas, pelo menos metade dessas mortes poderia ter sido evitada.

Porque, deputado Rosemberg, se a maior autoridade do país diz que quem tomar a vacina pode virar jacaré, imagine se a população for entender isso! Se ele diz que uma pessoa pode pegar, pode ficar infectado com HIV, imagine o que isso não causa!

Quando o deputado que me antecedeu coloca aqui que o nosso presidente Lula é negacionista, pelo amor de Deus! Mais uma fake news, nesta tribuna, que precisa ser combatida.

Esse povo pega umas matérias, não as lê direito... o povo não lê direito fica aqui argumentando. O que é que está acontecendo? Nós estamos tendo, sim, uma falta de imunizantes, deputado Rosemberg. Por que está faltando nos municípios? Porque, na verdade, a produção está sendo insuficiente para o aumento da cobertura vacinal defendida pelo ministério. Essa é que é a verdade.

Não estamos negando a vacina. Temos uma preocupação, sim, do presidente Lula e da ministra Nísia para a produção de mais vacinas até o fim do ano porque, senão, faltarão vacinas. Vacinas que são para as crianças, como sarampo, como rubéola, como catapora.

Na verdade, o presidente negacionista dele... Inclusive, ele não é tão negacionista quando é para se imunizar porque, na verdade, ele forjou o cartão de vacina, deputado Rosemberg, para ir para os Estados Unidos. Eu tenho certeza de que, para viajar para algum país que exija, por exemplo, a vacina contra a febre amarela, ele não vai deixar de

viajar, ele vai tomar a vacininha dele escondido e ficar mantendo um discurso, deputado Marcelino Galo, anticiência, um discurso que mata gente.

Muito me admira uma jovem liderança, um advogado vir a esta tribuna... Porque vocês me conhecem, conhecem o meu perfil, é raro eu atacar alguém, eu discurso, eu faço um debate de ideias e respeito a liberdade que ele tem de defender suas ideias, mas o que não dá para admitir é, diante da *TV Assembleia*, diante das redes sociais, deixarmos aqui a população enganada.

Vacina é extremamente importante! Até a chegada do governo desse presidente inelegível que ele defende, o Brasil sempre foi um dos melhores países em Programa Nacional de Imunizações, nós éramos exemplo para todos os países, e com um Programa Nacional de Imunizações absolutamente gratuito, fornecido pelo SUS.

Depois da vitória do inelegível, deputado Eduardo Alencar, é que ele começou a desqualificar a vacina e colocar minhoquinhas na cabeça das pessoas, que gerou, no caso da covid-19, a morte de várias pessoas e uma baixa cobertura de vacinas, sobretudo para crianças, sobre as quais ninguém perguntava quem estava produzindo.

Aliás, eu tenho certeza de que a mãe, os pais do deputado que me antecedeu têm lá a carteirinha de vacina dele toda bonitinha, desde que ele era bebê, para sarampo, varíola, catapora, porque é isso que tem que se fazer. A responsabilidade dos pais é vacinar os seus filhos não apenas como proteção individual, mas também como proteção coletiva, porque vacina não é apenas uma escolha individual, deputado Alencar, deve-se pensar também na coletividade.

Então, eu subi – não vou usar todo o meu tempo, presidente –, eu subi aqui para reafirmar o discurso que eu fiz dizendo: um, a Bahia é um estado que investe em saúde pública, tendo o segundo maior número em investimentos. Dois, temos nos nossos governos (Wagner, Rui e Jerônimo) 16 hospitais inaugurados, alguns hospitais referência no Norte/Nordeste, como é o caso do Hospital da Mulher, e no país, como é o caso do Hospital Ortopédico.

Temos 26 policlínicas que cuidam da média complexidade, ajudando no diagnóstico precoce e tratamento, evitando muitos leitos. São 26 policlínicas! Nós temos, claro, Central de Regulação? Lógico que sempre há de se ter mais leitos, há de se ter uma tecnologia que possibilite dar mais celeridade. Nisso eu me solidarizo com a população, mas a população precisa entender que é a oferta de leitos, a oferta de cirurgias, a oferta de atendimento em emergência e urgência que vão melhorar a regulação. Para isso, há esforços de regionalização, interiorização e hierarquização da saúde.

O município cuida da atenção primária, que são as unidades básicas de saúde e as unidades de saúde da família, evitando problemas maiores. Mas, muitas vezes, o município não faz o seu dever de casa, porque não tem 100% de cobertura para a sua população. Às vezes, diagnosticar uma hipertensão ou uma diabetes, fazer um preventivo de uma mulher é a primeira coisa que se deve fazer para evitar problemas maiores. As feiras de saúde e os mutirões que o governo faz não são políticas que vêm para se perpetuar, são políticas que ajudam a diminuir as filas, que são históricas.

Então, não dá para que uma pessoa como eu, que sou médica, militante do SUS, defensora da saúde pública, fique com conversa, com balela, com conversa hipócrita para

gerar mídia nas redes sociais, iludindo a população. Eu acho que tudo tem limite. A gente disputa voto? Disputa. Debate ideias? Debate. Mas não dá para ficar falando inverdades! Isso a gente não tolera.

Por fim, eu quero parabenizar também o trabalho da secretária Roberta e dizer que esta Casa tem uma Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Alex da Piatã, extremamente atuante. Já estivemos visitando hospitais! Cada vez que um problema é colocado para nós, tentamos melhorar a Regulação, tentamos levar sugestões de construção de novos hospitais ainda. Para quem defende a população baiana, a saúde sempre deve ser suprapartidária e deve ser tratada com muita responsabilidade, com muita seriedade, no intuito de ajudar o governo com proposições e não para gerar fato novo.

E digo, para finalizar, se o deputado quer gerar fato novo, não venha falar de saúde sem ter condição de debater com uma deputada que é da saúde.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Fabíola Mansur.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em seguimento aos horários partidários, eu concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou o líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Este humilde deputado que vos fala usará os 9 minutos se V. Ex.^a permitir.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O próprio líder se autoindica para falar por 9 minutos no tempo do PP.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Presidente, na realidade me cabe a tarefa de fazer as indicações. O deputado Alan está com a sua bancada reunida e, para não pedir a suspensão da sessão por um período e desanimar os nossos espectadores e telespectadores, eu acabei me inscrevendo.

(O deputado Euclides Fernandes assume a presidência da Mesa.)

Mas, deputada Fabíola, eu acho que nós precisamos analisar as urnas e a política brasileira. Nós deixamos – e não sei se havia outro caminho – de fazer um debate dicotômico entre Lula e Bolsonaro como se isso fosse a definição da representação da política brasileira. As eleições municipais nos levaram – obviamente a quem estuda os resultados dela – a perceber que o município se movimenta de forma diferente dessa relação nacional e estadual.

Então, nós precisamos voltar a reencantar a sociedade para a política. Eu vi a abstenção que aconteceu, no último final de semana, nas eleições da cidade de Camaçari. Nós precisamos reencantar a nossa sociedade a fazer um debate da política brasileira. Não é a referência de Camaçari, do ponto de vista da disputa, porque ela passou por diversos ingredientes que não estão dentro do regramento do debate político nacional. Mas é fundamental que encontremos outro caminho!

A minha geração era uma geração que entrava na política na contestação do status quo, na luta contra a ditadura. E isso aglutinava um conjunto de jovens para a militância

da política, principalmente, no movimento estudantil e no movimento sindical, deputado Zé Raimundo, o senhor que é historiador, professor e estudioso do tema.

Nós precisamos encontrar um outro debate para que possamos perceber a mudança da sociedade e o que move, hoje, essa nova juventude, que não tem mais uma situação factual como a que nós vivemos na nossa geração na luta contra a ditadura militar e pela democracia no país.

Então, esse tema... Eu vi, deputada Fabíola, que V. Ex.^a fez uma defesa correta e importante, como quem conhece a saúde pública, de uma pauta que foi trazida de uma forma atravessada, não para se discutir a saúde, mas para discutir esse corte nacional da política brasileira que, na minha opinião, é um debate em falência, é um debate que nós, da esquerda, precisamos rearrumar, repaginar para que possamos encantar essa nova juventude e debater os caminhos que ela quer escolher. Eu vivo isso todos os dias.

Nós precisamos estudar o que a sociedade começa a pensar neste século XXI. Já não é mais a história do século XIX e a vida do século XX; agora estamos em um século em que o tempo é extremamente rápido, as mudanças são rápidas, a comunicação chega a todos os pontos do planeta numa velocidade imensa. E nós, às vezes, estamos debatendo as nossas bolhas. Nós precisamos sair das nossas bolhas, nós precisamos rediscutir esse momento.

Eu vi uma brincadeira que o meu querido amigo Alexandre Padilha fez no Twitter com relação ao meu partido, ao nosso Partido dos Trabalhadores. Ele foi imediatamente compreendido pela sua fala! E eu acho isso natural. Precisamos fazer um debate, inicialmente, interno, mas, Marcelino Galo, precisamos compreender o papel, a mudança, a nova visão que a sociedade nos impõe. E, quando ela nos impõe, ela impõe também às instituições.

Nós não podemos ficar parados, esperando que as mudanças aconteçam ao largo da nossa posição e da nossa opinião. Então, eu trago esse tema, deputada Fabíola, porque, às vezes, nós somos pautados para manter um debate político extremamente descontextualizado. Quando o ex-prefeito de Salvador pauta a segurança pública, ele não está pautando a segurança pública para debater a solução dos problemas da violência. Ele pauta a segurança pública para fragilizar as relações sociais que se iniciaram com os governos do seu avô. Imagine! O ex-prefeito de Salvador falar de segurança pública na atualidade se até a casa do avô dele foi assaltada!

Então, deputado Zé Raimundo, nós precisamos entender a pauta que a direita tem posto na sociedade, a qual não é uma pauta para buscar a solução dos problemas, mas para dividir uma opinião em relação aos costumes da sociedade e nos levar para uma posição de um debate dicotômico, que não avança conceitualmente nem do ponto de vista da consciência da sociedade brasileira. Então, eu trago esse tema para responder à fala do meu colega...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Diego Castro. Nada mais, nada menos, o deputado não está preocupado se ele sabe ou não sabe sobre saúde pública – pelo que falou aqui, ele não sabe de saúde pública. Isso é apenas para trazer à baila essas duas bolhas que, às vezes, ficamos debatendo na sociedade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Mas nós precisamos sair delas, principalmente nós, da esquerda, para atrair essa juventude do século XXI que tem, inclusive, outros anseios, outros costumes, outras metas.

Por isso, acredito que esse tema precisa ser mais debatido nas casas legislativas, nas universidades, em todos os cantos do país, para que possamos salvar a nossa juventude de uma visão dicotômica que nós mesmos, às vezes, pautamos.

Por último, deputado Zé Raimundo, professor José Raimundo, a pauta que é colocada pela direita está sedimentada em cima das inverdades, deputada Fabíola. Às vezes, nós saímos para combater a inverdade, quando no fundo não é isso que eles querem pautar.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes): Deputado Rosemberg, o seu tempo já terminou, Excelência.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Obrigado, presidente. Eu estava tentando apenas pautar um tema, mas V. Ex.^a tem razão.

Eu quero agradecer a tolerância de V. Ex.^a por me ouvir nesta terça-feira.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes): Após o pronunciamento do deputado Rosemberg, líder do Governo, líder da Maioria na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, concedo a palavra, ainda no Grande Expediente, ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Esse tempo já foi usado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes): Concedo a palavra ao líder do União Brasil ou da Minoria para falar ou indicar o orador pelo tempo de 14 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pelo que eu estou entendendo, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes): Não há orador?

O Sr. Rosemberg Pinto: Não.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes): Então, eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco PT/PCdoB/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 23 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto: O deputado José Raimundo falará por 10 minutos e o deputado Fabrício Falcão por 13 minutos, essa dupla de Vitória da Conquista...

O Sr. Zé Raimundo (fora do microfone): Nobre deputado, Bobô também quer falar

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, o deputado Fabrício falará por 6 minutos e o deputado Bobô, que vai nos trazer os remédios para o futebol baiano, falará por 8 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes): Líder Rosemberg, Zé Raimundo ficou com quantos minutos?

O Sr. Rosemberg Pinto: Foram 10 minutos, além de 6 minutos para o deputado Fabrício e 7 minutos para o deputado Bobô.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes): O.k.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, só para informar: o deputado Alan pediu para avisar que ele está reunido com a bancada. Por uma questão ética, não votaríamos sem a presença da Oposição, até porque foi uma saída combinada. Se por acaso eles não chegarem ao término das falas, eu queria pedir à V. Ex.^a 5 minutos de tolerância para que possamos chamá-lo e irmos para a Ordem do Dia.

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes): Está certo, Sr. Líder do Governo e da Maioria.

Com a palavra o nobre deputado estadual de Vitória da Conquista, professor Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Obrigado, presidente desta sessão neste momento, Euclides Fernandes, colegas deputados e deputadas, os que nos assistem nas Galerias Paulo Jackson, nas redes sociais e na *TV ALBA*. Eu utilizo, Sr. Presidente, este período – estes 10 minutos que estou utilizando – para ressaltar dois ou três assuntos.

O primeiro deles é parabenizar e me congratular com todos os servidores públicos do estado da Bahia, sejam servidores federais, municipais ou estaduais e, ao fazer isso, eu lembro da importância desta data. O dia 28 de outubro foi a data em que Getúlio Vargas criou o Departamento Nacional dos Servidores Públicos (Dasp), para capacitar e preparar os servidores.

Getúlio Vargas, naquele momento, pensava em um Brasil mais centralizado; pensava em um Brasil mais lógico, em um Brasil que acabasse com o mandonismo local dos coronéis, que pudesse construir uma rede de instituições pelo país inteiro, com servidores preparados para modernizar o país. Esse foi o espírito que Getúlio Vargas teve não só nesse caso, mas em muitas outras iniciativas, como, por exemplo, ao criar as grandes siderurgias nacionais, como a CSN no Rio de Janeiro, a Cosipa em São Paulo, a Vale do Rio Doce. Enfim, tudo isso pensando no Brasil. Logo mais adiante, a Petrobras; a Sudene já no segundo governo dele. Ele deixou pronto e Juscelino é quem chancelou.

Então, Sr. Presidente, ao comemorarmos o Dia do Servidor, que aqui foi muito bem lembrado, congratulando os nossos servidores da ALBA, os nossos profissionais taquígrafos que fazem a transcrição e a todos os demais servidores, isso nos remete para a necessidade de pensarmos todas as políticas públicas e o papel do estado, especialmente neste momento da história da humanidade.

A Europa inteira, depois de 80 anos de construção do Estado de bem-estar social, está presenciando a destruição daquelas conquistas históricas. O tal do neoliberalismo, entrando e penetrando em todas as esferas das instituições mundiais e jogando para o mercado – entre aspas – milhões e milhões de pessoas que nada podem fazer a não ser venderem aquilo que podem vender: o conhecimento, as suas habilidades; e milhões e milhões não têm absolutamente nada, porque o mercado vai descartando.

Por isso, o debate sobre o servidor público é também o debate sobre o papel do Estado. E, no Brasil, mesmo os nossos governos foram fazendo concessões como, por exemplo, as privatizações que nós herdamos e colocamos agências. Esse debate mesmo, aqui, da Viabahia foi um debate que se iniciou ainda com FHC, quando ele foi privatizando e criando as agências reguladoras para poder normatizar essa pactuação entre o mercado e o Estado.

Talvez, Sr. Presidente, o melhor exemplo desse debate venha da China. A China continua se dizendo comunista, a China criou um espaço para o mercado, mas manteve o Estado regulador. Não é à toa que aqui na Bahia teremos o VLT chinês; vamos ter a ponte Salvador-Itaparica chinesa; vamos ter chineses para tudo quanto é lado. Inclusive, eu estou aprendendo mandarim por aplicativo, viu? Vou aprender mandarim para poder me comunicar com os chineses.

O mundo será chinês de uma forma ou de outra, juntamente com os indianos, exatamente porque eles perceberam que o Estado puro, o Estado que não deixa espaço para a energia coletiva vira um Estado burocrático e aquele sonho de transformações sociais acaba dentro da burocracia. E a China está procurando, entre o mercado e o Estado, criar uma energia extraordinária. Em 10, 12 anos os chineses já tiraram mais de 500 milhões de pessoas da situação de pobreza. Até a nossa Ufba – eu quero saudar a Ufba na pessoa do nosso vice-reitor, Penildon, que dirige o Instituto Confúcio, que tem uma parceria com a China – está debatendo esse modelo chinês.

Por isso, ao recordarmos o Dia do Servidor, é preciso que os liberais sociais, que defendem a presença do mercado, mas não descartam o Estado, e nós, sociais-democratas, de esquerda, ou ainda correntes mais à esquerda, precisamos criar um consenso mínimo para que a gente possa valorizar o papel do Estado como regulador social. É a única forma de nós implementarmos um desenvolvimento econômico com inclusão social, Sr. Presidente.

Por isso, eu queria, neste debate, ressaltar a importância dessa reflexão. E eu lembro aqui também desse debate que a nobre deputada Fabíola Mansur e o nosso colega Diego Castro, que faz oposição ao Governo, travaram aqui.

Ora, não reconhecer que o SUS é uma das mais importantes ferramentas de saúde pública do mundo é não conhecer a história da saúde pública no Brasil. Ser contra a vacina é ser contra algo extraordinário, Dr.^a Fabíola Mansur.

Osvaldo Cruz, médico, foi o primeiro brasileiro a estudar no Instituto Pasteur, lá na França, criado com subscrição de Dom Pedro II. Pessoalmente, Dom Pedro II, podem verificar, botou milhões lá. Dom Pedro II, monarca, a gente não vai questionar, era fã da ciência, era um homem do seu tempo. E, logo em seguida, outros brasileiros... Antes de Osvaldo Cruz, um grande cientista de engenharia química esteve por lá olhando. E foi, na verdade, uma das maiores injustiças o Brasil não ter ganhado alguns prêmios Nobel de Medicina, também de Física, porque o que Carlos Chagas fez, o que Osvaldo Cruz fez naquele momento estava ao par com o primeiro mundo. Todos sabem que esses institutos foram criados exatamente pela ligação da França com suas colônias, onde muitos franceses se contaminavam, e a ciência ficou a serviço de um certo colonialismo moderno.

E, hoje, a gente vê pessoas que nem... Meu Deus do céu! Pessoas atrasadas há mais de 120 anos, porque na época foi um pensamento para modernizar a periferia com a ciência.

Logo em seguida, tivemos no Brasil a oportunidade de Mário Schenberg e José Leite Lopes, o nosso paranaense, também ganharem o Nobel de Física e não deram a eles.

Então, na verdade, a ciência sempre esteve presente mesmo em um país periférico que é o Brasil, presente nas universidades. E é por isso que a gente precisa, ao redefinir o papel do Estado neste século XXI, gravar como essencial a produção tecnológica.

E, Dra. Fabíola Mansur, nós tínhamos a possibilidade, se não fosse o golpe, de ter uma fábrica de medicamentos em Vitória da Conquista. Começamos a implantar essa fábrica de medicamentos. Infelizmente, veio o golpe e não conseguimos avançar. Hoje, os equipamentos e as instalações foram doados para a Bahiafarma. Com o nosso querido amigo Dr. Jorge Solla, com Guilherme, com Valdenor e Humberto Costa iniciamos esse projeto em Vitória da Conquista para fabricar medicamentos para o SUS, que era uma forma de baratear e popularizar o fornecimento dessa medicação para a população mais pobre.

Por isso, para concluir, eu queria dizer que, ao lembrar que ontem comemoramos o Dia do Servidor Público, é importante também reafirmarmos a necessidade de um Estado de bem-estar social, reformador e que tenha o foco no combate às desigualdades. O mal do século XXI se chama desigualdade.

Por isso o presidente Lula está de parabéns. O que nós vimos no Brasil inteiro foi, na verdade, que os partidos do centro isolaram a direita radical e, se Deus quiser, o Lula vai para a reeleição com uma ampla base de apoio social e político, Sr. Presidente. E nós estaremos, na Bahia, com o nosso governador Jerônimo Rodrigues e também com muitos prefeitos e prefeitas de centro, de centro-esquerda para continuarmos transformando a Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Euclides Fernandes): Concluída a palavra do deputado estadual Zé Raimundo, concedo a palavra, ainda no Grande Expediente, à federação... Por 7 minutos, o deputado Fabrício Falcão.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Sr. Presidente, meu boa-tarde. Sr.^{as} Deputadas e demais deputados, boa tarde.

Passadas as eleições, quero mais uma vez parabenizar todos os eleitos e os não eleitos e os deputados que participaram das eleições municipais. Em especial, saudar o meu amigo querido Caetano, eleito prefeito de Camaçari, figura muito querida e amada por todos, ou por uma maioria.

Mas, deputados e deputadas, venho aqui, hoje, falar um pouco sobre um tema que está mexendo com o Brasil de uma forma geral. Um tema sobre o qual eu acho que esta Casa, muito em breve, vai ter que se debruçar que é essa questão das chamadas *bets*, esses jogos *on-line* que estão, de certa forma, destruindo a vida econômica, a vida psicológica, a vida familiar de milhões de brasileiros pelo Brasil afora.

Nós temos diversas modalidades de vício: o vício com as chamadas drogas ilícitas, com o álcool, com o cigarro, e o vício com o jogo, que é algo assustador, mas que não é muito debatido na sociedade brasileira. E eu tenho estudado um pouco sobre isso, tenho lido sobre essa questão das *bets*, dos jogos *on-line*, que tem destruído as finanças de milhões e milhões de famílias por todo o Brasil. Famílias, homens, mulheres e crianças, têm dilapidado salários, orçamentos, destruindo vidas pessoais por endividamento exagerado com esses jogos. E esses jogos têm feito algo que é muito danoso, que é entrar maciçamente na vida das pessoas.

Antigamente se debateu muito que no Brasil não poderia haver jogos de azar, apenas os jogos legalizados pelo governo federal, como a loteria esportiva, Mega-Sena, etc., e eram proibidos jogos de cassino, pôquer e outros tipos de jogos aqui no Brasil. Isso até dias recentes no país. E os brasileiros que queriam jogar, e tinham condição de participar disso, iam para fora do Brasil, para os paraísos dos jogos, seja em praias do Caribe, nos Estados Unidos ou em algum lugar da Europa, ou nos navios de cruzeiro. Você entra no navio aqui, no Brasil. O navio parte e coisa de 1 hora depois já pode jogar nos cassinos. Porém, com a internet, houve a proliferação desses jogos, que entraram na casa de todos os brasileiros, seja ele maior ou menor de idade, através dos celulares. Isso é uma constatação.

Segundo dados do Banco Central, no ano passado o brasileiro, de uma forma geral, gastou cerca de R\$ 160 bilhões nessas *bets*. Neste ano, a projeção indica algo entre R\$ 210 bilhões a R\$ 220 bilhões. E famílias têm colocado orçamentos, salários... Inclusive, deputada Fabíola, uma pesquisa da associação nacional de supermercados mostra que o consumo de gêneros alimentícios nos supermercados diminuiu em cerca de 8% e o motivo não é a diminuição de renda, mas a perda de renda para os jogos eletrônicos. É uma coisa louca.

Nesses estudos que eu estou fazendo, peguei dados... Inclusive, um cidadão disse que ele chegou em casa, do trabalho, e estava com R\$ 140,00. Ligou a televisão para assistir a um jogo de futebol e resolveu: “Vou pedir uma pizza”. Passada a propaganda, ele pensou: “Rapaz, eu vou jogar, vou ganhar, mantenho o dinheiro e com o dinheiro do lucro do jogo eu compro a pizza.” Perdeu os dois!

E isso tem consumido orçamentos de famílias, tem dilacerado famílias. Esse jogo do tigrinho mesmo é algo absurdo. Então o Brasil tem que debater sobre essa atividade criminosa contra o povo brasileiro.

E esses jogos, eu não sou psicólogo, sou dos ramos da Filosofia, da Geografia, entram na cabeça porque... por exemplo, do que é que mais gosta boa parte dos que estão aqui, nesta sala? O que é que une? Para mim, o que mais desune no Brasil é a política. Nós somos políticos. E o que mais une? O esporte, o futebol em sua maioria, Bobô.

Você tem o meu time do coração, o Flamengo, patrocinado por *bet*; o Bahia, por outra *bet*; o outro, por outra *bet*. E você ganha, na psicologia, jovens, homens e mulheres dentro daquilo que mais gostam para jogarem no seu esporte predileto, no seu jogador, no seu time. Isso tem danificado... Temos de debater isso. A regulamentação disso, deputado Zé Raimundo, foi péssima para a sociedade. A regulamentação disso em propaganda televisiva, dentro de jogos de futebol, de estádios é um crime. E temos que rever isso urgentemente! Está destruindo famílias e as finanças de pobres e trabalhadores no Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Então, Sr. Presidente, só para poder concluir, é uma coisa grave, é uma coisa de saúde pública e nós temos de debater de forma muito séria aqui, nesta Casa, essa coisa abusiva que são esses jogos na vida do povo pobre brasileiro.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Jean Fabrício.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com o tempo restante, o nobre deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados.

Eu iria fazer uma pequena saudação e dar os parabéns ao prefeito eleito democraticamente, pela resiliência, pela força e a competência, que é o nosso querido Caetano, eleito prefeito da cidade de Camaçari, mas vou estender também esses parabéns ao deputado Fabrício Falcão, que trouxe um tema muito importante. E esta Casa também tem de se debruçar sobre isso, o vício nesses jogos, o empobrecimento de parte da população brasileira por conta das *bets*.

As pessoas, hoje, andam com o celular o tempo inteiro conectado a um jogo, participando ativamente e colocando as suas finanças e o pouco do que têm, Fabíola, nesse vício que é absurdamente revoltante. E não foi à toa que há pouco tempo se descobriu que muita gente beneficiária do Bolsa Família também estava jogando por conta desse vício miserável, que é o jogo. Fabrício, parabéns pelo tema. Eu acho que esta Casa pode, sim, debater sobre essa regulamentação e a quem interessa isso, porque à maioria da população brasileira é que não interessa.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também utilizar parte do tempo para falar de um tema que sobre o qual Fabíola fala muito e defende aqui, que são os investimentos na saúde, nos hospitais públicos e, mais especificamente, nos hospitais filantrópicos da Bahia, santas casas da Bahia. E eu trago esse tema, Fabíola, porque eu tenho muito orgulho de ter sido o primeiro deputado estadual a aportar recursos do estado, através das emendas impositivas, em três hospitais filantrópicos escolhidos. Todos os três prestam serviços de excelência, alguns deles reconhecidos internacionalmente, e são hospitais nossos daqui da Bahia.

O primeiro deles, presidente, foi o Hospital Martagão Gesteira. Todos nós conhecemos o tamanho e a importância desse hospital. E é óbvio que, hoje, alguns deputados já estão também se colocando à disposição, não só do Martagão. Também destinei para o Aristides Maltez e para o Hospital São Francisco, de Campo Formoso, que é o hospital que atende a todo o território do Piemonte Norte do Itapicuru e também do Piemonte da Diamantina. Eu não tinha ideia, Fabíola, de que era possível a gente fazer isso, soube recentemente. Por isso, alguma parte das emendas impositivas ainda deste ano eu consegui fazer com que chegasse a esses hospitais.

Então, seria muito importante que esta Casa debatesse mais ainda, de uma forma mais aprofundada, sobre a necessidade de que os deputados estaduais, no conjunto de sua totalidade, pudessem também encaminhar essas emendas impositivas para atender a essas santas casas, que são hospitais importantes e de muita referência.

Eu citei três aqui, mas nós temos dezenas, e dezenas, e dezenas de outros hospitais espalhados por toda a Bahia, alguns atendendo 100% pelo SUS e outros ainda com leitos de retaguarda, que pode utilizar de uma forma privada, para fazer com que as finanças no final do ano possam estar contabilizadas de forma correta. Mas o mais importante é que nós possamos aqui fazer uma frente de apoio a essas casas com valores que não são muito altos e que cada deputado, agora, pode aportar. Assim fica mais fácil para a gente fazer

esses investimentos por esta Casa e que não só os deputados federais, que já faziam isso, que os deputados estaduais da Bahia, desta Casa, possam também fazer esse atendimento para que eles possam, no final do exercício, pelo menos, chegarem próximo de suas contas estarem em dia.

Então, para nós, é muito interessante que foi aberta essa possibilidade pela Sesab. E aqui ficam os parabéns à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, à secretária Roberta, por esse entendimento; e também ao governo, por fazer com que a gente pudesse destinar melhor e com mais qualidade os recursos que são obrigatórios. Cada parlamentar tem as suas emendas impositivas, mas, por lei, tem que aportar 50% na Secretaria da Saúde do estado.

Portanto, fica mais fácil para que a gente possa fazer esse direcionamento de recursos, para atender a baianos e baianas que você sequer conhece. Portanto, não é uma coisa apenas, meramente, para devolução de votos. Na realidade, ela é muito maior do que isso, porque quando você aporta recurso em um hospital filantrópico você não escolhe quem vai ser atendido naquele hospital. E ele acaba acolhendo, dentro de sua urgência e emergência, pessoas da região inteira sem procurar saber de onde ela é e qual é o destino dela. Então, é feito exatamente para acolher essas pessoas que, numa necessidade, numa emergência de saúde, só têm aquele hospital, ou aqueles hospitais, para poder receber o atendimento através do SUS.

Então fica aqui, Sr. Presidente, este registro e, ao mesmo tempo, esta solicitação para podermos também nos juntar, todos nós, mesmo que seja o mínimo das nossas emendas impositivas na área de saúde, para que elas possam ser destinadas aos hospitais filantrópicos, à Santa Casa de Misericórdia, que desenvolve projetos muito importantes.

Fez-se uma visita pessoal aos três hospitais, mas está impressionado com a estrutura, especialmente, dos dois primeiros hospitais, quais sejam, o Hospital Martagão Gesteira e o Hospital Aristides Maltez. Fabrício, esse último possui os equipamentos de última geração, os mais caros equipamentos oncológicos estão naquele hospital para atender os baianos e as baianas e também as pessoas de outros estados que, de alguma maneira, são encaminhados para esses hospitais que prestam serviços, volto a repetir, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de extrema qualidade, de muita relevância, sobretudo os hospitais 100% SUS.

Então, parabéns a esta Casa. Eu vi a mobilização já de alguns deputados com a sensibilidade aflorada com relação a isso e já manifestando o interesse de destinar parte das suas emendas do próximo ano para esses hospitais que prestam serviços de relevância e de muita importância para os baianos e baianas da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Bobô.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia.

Questão de ordem...

O Sr. Fabrício Falcão: Eu queria fazer...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) os líderes, lideranças, por favor.

O Sr. Alan Sanches: É rápido. Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex.^a a verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosenberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, o deputado Rosenberg Pinto, para contraditar.

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, primeiro, queria informar para todos os deputados e deputadas que o deputado Alan havia me pedido um tempo, pois eles iriam conversar sobre os temas específicos que não me dizem respeito, e que não votasse a matéria até a chegada. Eu, por uma questão de ética, no que combinei, fui chamá-lo para que ele pudesse vir, uma vez que o tempo já estava chegando ao final das representações partidárias.

Então, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes para atender à verificação de quórum pedida pelo deputado Alan.

Solicito também zerar o painel, Sr. Presidente, marcar os 15 minutos para que a gente possa dar continuidade à presente sessão.

O Sr. Fabrício Falcão: Sr. Presidente, um comunicado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Jean Fabrício.

O Sr. Fabrício Falcão: Não, não. É um comunicado, é um comunicado rapidinho. Só comunicar aqui que é inadiável que o PCdoB, agora, teve uma reunião da sua bancada. Decidimos pelo apoio à reeleição do presidente Adolfo Menezes, em reunião agora com ele.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem.

Eu solicito aos nossos colaboradores na mesa técnica que, por favor, zerem o painel e marquem o tempo de 15 minutos, o tempo para a continuidade da sessão.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, há uma questão de ordem solicitando o quórum. Serão necessárias 21 presenças de deputados para a sessão continuar. (Pausa)

Há, portanto, uma questão de ordem dos senhores líderes Alan Sanches e Rosenberg Pinto. Logo, estamos convidando os deputados e as deputadas para se fazerem presentes para marcar aqui no painel as suas presenças, a fim de continuar a Ordem Dia nesta sessão.

Há importantes projetos oriundos do Executivo para serem votados. Há projetos de recursos para infraestrutura, para obras nos municípios, para a guarda, para a saúde. E se esses projetos não forem votados, os recursos não chegarão.

Srs. Deputados, portanto, compareçam ao Plenário para darmos continuidade à sessão.

(Silêncio)

Alan já deu presença? Já deu, não é?

Já há quórum, se nós considerarmos a presença de nosso nobre deputado Alan Sanches.

Já deu quórum. Recuperado o quórum.

Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 25.482/2024, de autoria do Poder Executivo.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem. Já que V. Ex.^a vai colocar em votação, eu solicitei o quórum para a continuidade.

Eu queria o quórum de votação, ou seja, os 32 deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Os 32.

O Sr. Rosemberg Pinto: Lê primeiro e depois...

O Sr. Alan Sanches: Pode ler o parecer. Pede, por favor, a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Na verdade, era a discussão primeiro e votação depois.

Há Projeto de Lei nº 25.482/2024, do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal (CEF) com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.

Para relatar, eu convido o nobre deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar, eu convido o nobre deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, passo a ler o seguinte documento.

(Lê) “**PARECER**

Das Comissões de Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.482/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, e dá outras providências.’

Apresenta, o Poder Executivo, para apreciação da Assembleia, a proposição que ora passo a relatar, visando obter a necessária autorização legislativa para contratação, pelo Poder Executivo, em nome do Estado da Bahia, de operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, até o montante de R\$ 616.000.000,00.

Conforme registra a Mensagem Governamental que acompanha o projeto, ‘os recursos provenientes desta operação de crédito serão destinados à execução de ações inscritas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para a renovação de frota do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, reiterando, assim, o compromisso do Governo do Estado no desenvolvimento da infraestrutura e melhoria na qualidade de vida dos baianos.’

Trata-se de matéria de relevante interesse público, porquanto se destina a investimentos na área de infraestrutura de transportes, em benefício da população do Estado. O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 29 de outubro 2024.

Vitor Bonfim”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer que acaba de ser lido.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. No Plenário, ele pediu verificação de quórum.

O Sr. Vitor Bonfim: Ele, Alan, pediu verificação de quórum de votação, Sr. Presidente. Está lá. Zera o painel, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu sei. Mas V. Ex.^a...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Foi ele quem pediu. Eu só estou lembrando para não ser indelicado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Está bom.

Eu imaginei que, na hora, ele iria novamente falar. Mas V. Ex.^a, como bom advogado das causas justas, lembrou.

Eu solicito à parte técnica que zere o painel e marque agora 25 minutos, porque é quórum de votação no Plenário.

Já solicitei zerar o painel.

Convido as Sr.^{as} Deputadas e os Srs. Deputados a comparecer ao Plenário.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, há uma questão de ordem do líder Alan Sanches, complementada pelo deputado Rosemberg Pinto, solicitando quórum de votação! Serão necessárias 32 presenças de deputados para a sessão entrar em regime de votação (Pausa)

Chamo os deputados Euclides Fernandes, Eduardo Alencar, Cafu, Antonio Henrique, Ivana Bastos, Jordavio e Alan. Com a presença do deputado Alan Sanches, está recuperado, portanto, o quórum.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 25.482/2024, cujo parecer acaba de ser lido e aprovado nas comissões. Agora, o projeto de lei está sendo votado no Plenário.

Os Srs. Deputados e deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, com o voto contrário da Oposição.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, eu queria que V. Ex.^a... Pronto. Eu queria encaminhar aqui.

Votou sem chamar a presença, sem tocar a campainha, sem dizer...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Não. Não. Já votamos.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria só fazer o encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Já votamos, com o voto contrário da Oposição. Correto?

O Sr. Alan Sanches: Contra. Votamos contra.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Isso, com o voto contrário da Oposição.

Aprovado, portanto, **com os votos contrários dos Deputados da Bancada de Oposição presentes** o Projeto de Lei nº 25.482/2024, do Poder Executivo, **com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças, em regime de urgência e discussão única.**

PROJETO DE LEI Nº 25.482/2024

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito interno junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, até o montante de R\$616.000.000,00 (seiscentos e dezesseis milhões de reais), destinados à execução de ações inscritas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se a investimentos para renovação de frota do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, a operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, às receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos de encargos anuais relativos ao contrato de financiamento a que se refere o art. 1º desta Lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O próximo é o Projeto de Lei nº 25.483/2024, de autoria do Poder Executivo que autoriza o Poder Executivo...

O Sr. Alan Sanches: Queria solicitar o quórum de votação nas comissões, o quórum nas comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) a contratar operação de crédito com instituições financeiras nacionais com garantia da União, e dá outras providências.

Convido o deputado Rosemberg Pinto para relatar o Projeto de Lei nº 25.483/2024.
(Pausa)

Mudou o relator?

Pois não. Houve uma permuta. Portanto, a relatoria fica com o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao deputado Vitor Bonfim para relatar o projeto.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, passo a ler o seguinte documento.

(Lê) “*Parecer*

Das Comissões de: Constituição e Justiça; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.483/2024, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, e dá outras providências.’

Apresenta, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para apreciação da Assembleia, a proposição que ora passo a relatar, visando obter a necessária autorização legislativa para contratação, pelo Poder Executivo, de operação de crédito com instituições financeiras nacionais de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Conforme registra a Mensagem Governamental que acompanha o projeto, ‘os recursos provenientes desta operação de crédito serão destinados à viabilização de investimentos previstos no Plano Plurianual e nos Orçamentos Anuais do Estado nas áreas de mobilidade urbana e interurbana, de infraestrutura urbana, de infraestrutura hídrica, de edificação pública e de infraestrutura viária, reiterando, assim, o compromisso do Governo do Estado no desenvolvimento da infraestrutura e melhoria na qualidade de vida dos baianos.’

Trata-se de matéria de relevante interesse público, porquanto se destina a investimentos nas áreas de mobilidade e de infraestrutura de transportes, bem como em infraestrutura hídrica, em benefício da população baiana. O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2024.

Deputado Vitor Bonfim”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção, colegas deputados e deputadas! Há uma questão de ordem do líder Alan Sanches para verificarmos a frequência no âmbito das comissões.

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto, líder?

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Vamos encaminhar.

Conferindo as presenças dos deputados membros da Comissão de Constituição e Justiça. São eles: Robinson Almeida, o presidente, presente, 1; Júnior Nascimento, 2; Alan Sanches, 3; Euclides, 4; Felipe Duarte, 5.

Há quórum no âmbito da CCJ.

Conferindo as presenças dos deputados membros da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. São eles: Eduardo Salles, presente, 1; Pedrinho Tavares, não; Bobô, presente, 2; Cláudia Oliveira, presente, 3; Eures Ribeiro, não; Marcinho Oliveira, presente, 4; Penalva, presente, 5.

Há quórum na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Conferindo as presenças dos deputados membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público. Vejo a nossa presidenta Olívia.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria fazer uma questão de ordem ainda nisso. Eu queria aproveitar a presença, também, do ilustre presidente e saber o seguinte.

Por que V. Ex.^a, Sr. Presidente, dá a presença quando o deputado, ele estando aqui, não se manifesta presente nas comissões, ele estando aqui e V. Ex.^a não faz o mesmo quando ele está no Plenário, não está querendo dar a presença. Por que nas comissões vale a presença física e no Plenário não vale a presença física? Eu não consegui entender isso. V. Ex.^a contabilizou as presenças na comissão agora com 2 deputados para dar o quórum de 5 deputados, com 2 deputados da Oposição. Se for dessa forma, eu prefiro que os deputados se ausentem...

O Sr. Rosemberg Pinto: Não, mas os deputados... mas, Alan...

O Sr. Alan Sanches: Porque não tem sentido...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Voltarei, então, a fazer.

O Sr. Rosemberg Pinto: Alan, você pediu...

O Sr. Alan Sanches: Só 1 minuto. Não tem sentido o líder da Oposição solicitar e V. Ex.^a contabilizar. Vai contabilizar o meu nome, claro, a minha presença porque eu estou aqui fazendo a solicitação. Mas isso não tem sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Formaliza a questão de ordem, então.

O Sr. Alan Sanches: A questão de ordem é a seguinte: que V. Ex.^a me esclareça por que vai contabilizar as presenças nas comissões pela presença física, mas no Plenário V. Ex.^a não contabiliza, por quê?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Farei novamente a chamada. Correto? Comissão de Infraestrutura:...

O Sr. Alan Sanches: Tem que contabilizar quem se manifestar, ou então pela presença em Plenário, se V. Ex.^a quiser.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Comissão de Infraestrutura: Eduardo Salles está presente.

O Sr. Alan Sanches: Tem que dizer, presente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pedro Tavares não está presente; Bobô está presente; Cláudia Oliveira está presente; Eures Ribeiro está ausente; Marcinho Oliveira está presente.

O Sr. Alan Sanches: Ele está ausente.

O Sr. Rosemberg Pinto: Não. Ele está presente.

O Sr. Alan Sanches: Ele não veio hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Marcinho Oliveira está presente.

O Sr. Alan Sanches: Não, ele não está dando presença, ele pensou que V. Ex.^a...

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

(O deputado Marcinho Oliveira levanta a mão.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aí não, Alan. Ele está presente.
(Risos)

O Sr. Alan Sanches: O.k.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Marcinho Oliveira está presente.

O próximo é Penalva e está ausente.

Raimundinho da JR....

O Sr. Alan Sanches: Está ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Presentíssimo! Nobre líder...

O Sr. Alan Sanches: Foi ele que falou ausente aqui, ele que falou.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ele está presente, está presente.

O Sr. Alan Sanches: Agora, sim, ele se recolheu.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nobre líder, por favor. (Risos)

Há quórum na Comissão de Infraestrutura.

A próxima comissão é a Comissão de Educação.

Olívia está presente; Penalva está presente.

O Sr. Alan Sanches: Ausente, não se manifestou. Vitor, ajude-me.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Fabíola está presente; Hilton Coelho está presente. Temos 3 deputados presentes. Jurailton está ausente. Robinson Almeida está presente; Rosemberg está presente. Temos 5 deputados presentes.

Na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle: Vitor Bonfim e Zé Raimundo estão presentes, são 2 deputados presentes. Com Angelo Coronel Filho, Bobô e Hassan são 5 deputados presentes. Correto?

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pronto. Há quórum.

Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 25.483/2024, com os votos contrários dos Deputados da Bancada de Oposição, exceto o do Deputado Marcinho Oliveira que declarou voto favorável (página 42), com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças, em regime de urgência e discussão única.

PROJETO DE LEI Nº 25.483/2024

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com instituições financeiras nacionais, com garantia da União, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, operação de crédito junto a instituições financeiras nacionais, com a garantia da União, até o montante de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), observada a legislação vigente para a contratação de operações de crédito, e em especial as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único - Os recursos de que trata o *caput* deste artigo destinam-se à viabilização de investimentos previstos no Plano Plurianual e nos Orçamentos Anuais do Estado nas áreas de mobilidade urbana e interurbana, de infraestrutura urbana, de infraestrutura hídrica, de edificação pública e de infraestrutura viária.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *pro solvendo*, as receitas discriminadas no § 4º do art. 167 da Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o art. 1º desta Lei.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por favor, vamos contabilizar.

Aprovado, portanto, o Projeto de Lei...

O Sr. Alan Sanches: Só 1 minuto, presidente.

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) Aprovado o Projeto de Lei nº 25.483/2024, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com

instituições financeiras nacionais no valor até de R\$ 1 bilhão, com garantia da União e dá outras providências.

O Sr. Marcinho Oliveira: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem ao deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. Marcinho Oliveira: Eu quero declarar o meu voto a favor do empréstimo, torcendo também para que o governo faça a mobilidade urbana na BA-120, toda a sua recuperação; como também a complementação da BA-408, que liga Santaluz à Várzea da Pedra; e a complementação da BA-220 de Monte Santo à Andorinha. Então, o meu voto a favor é pela Região do Sisal, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado. Então, fica aí portanto esse complemento, esse adendo, do deputado Marcinho Oliveira...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) para que esse projeto possa ter essa repercussão na vida das comunidades as quais ele representa.

Questão de ordem ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Nós tínhamos dois projetos que estavam prontos para serem votados desde a semana retrasada, que eram as urgências, fora isso não há projeto na pauta para que a gente possa votar.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Alan Sanches: Ah, vai votar urgência? Então, eu queria verificação de quórum de votação desse projeto.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Vai só ler, ele lê e V. Ex.^a faz isso. (Risos)

O Sr. Alan Sanches: Ah, tranquilo, mas só para adiantar para que a gente não passe... E qual é o projeto, né?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Requerimento nº 10.595/2024, é o requerimento do deputado Rosemberg Pinto, líder da Maioria, que requer (lê) “*na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.557/2024, de autoria do Poder Executivo, que ‘autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, com garantia da União, na forma que indica, e dá outras providências’.*”

V. Ex.^a pediu verificação ...

O Sr. Alan Sanches: Verificação de quórum de votação. São 32 presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Hilton Coelho votou a favor dos empréstimos, foi isso?

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há uma questão de ordem ...

O Sr. Alan Sanches: Ele votou a favor dos empréstimos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) para aprovação do requerimento do nobre deputado Alan Sanches.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, só queria que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental de 25 minutos e zerasse o painel para fazer a chamada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. A parte técnica, nossa secretaria dos trabalhos, por favor...

O Sr. Alan Sanches: Abre o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) zerem o painel e marquem 25 minutos, que é para votação do requerimento, por favor.

Zerem o painel, por favor.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Srs. Deputados, eu queria pedir a todos os deputados e às deputadas para marcarem suas presenças a pedido do deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Foi recuperado o quórum de votação.

Em votação, no âmbito das comissões, o Requerimento nº 10.595/2024, de autoria do líder da Maioria, que solicita urgência para a contratação, pelo Poder Executivo, de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

O Sr. Alan Sanches: Não, Sr. Presidente, calma, eu queria só o esclarecimento de V. Ex.^a sobre esse requerimento. Nós votamos dois empréstimos agora, dois. Agora é o requerimento para um novo empréstimo de quantos milhões?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora é para R\$ 1 bilhão, 165 milhões.

O Sr. Alan Sanches: Não entendi.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Será para R\$ 1 bilhão, 165 milhões.

O Sr. Alan Sanches: Será para R\$ 1 bilhão, 165 milhões.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): A urgência, pois o projeto virá na próxima semana. Correto?

O Sr. Alan Sanches: Perfeito.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com o voto contrário da Oposição o **REQ nº 10.595/2024**.

O Sr. Alan Sanches: R\$ 1 bilhão, 165 milhões.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Alan Sanches: Qual é o próximo requerimento? Ah, será o de Pedro Maia, a honraria será por acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem ao deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pode ser logo essa votação? Eu queria ponderar com o deputado Alan que ele falasse com o deputado Pablo, pois nós fizemos uma combinação na sessão passada que avaliaríamos a possibilidade de votar o projeto Minha Casa, Minha Vida. É um projeto apenas de regulamentação, não é um projeto que traz nenhum tipo e tal... A deputada Maria del Carmen veio para ser a relatora.

Eu queria pedir ao deputado Alan que a gente pudesse fazer essa generosidade. Eu sei que ele me pediu por uma PEC que está proposta aí, mas essa PEC pode ser apreciada

em outro momento. Mas eu só queria que a gente pudesse fazer esse gesto com a colega que se dispôs a vir aqui para fazer essa relatoria.

O Sr. Alan Sanches: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o nobre líder Alan Sanches. Essa é uma matéria que foge aos trabalhos do presidente, mas são as tratativas de V. Ex.^{as}.

O Sr. Alan Sanches: Que coisa maravilhosa encontrar minha amiga aqui, desde a semana passada, minha amiga, minha colega vereadora. Eu já tenho aqui... vejam, quanto tempo já tem que eu conheço Maria? Desde quando ela era PSDB, se não me engano, vereadora ainda lá, quando o PSDB era Oposição. Naquele momento ela era vereadora, depois ela veio a ser presidente da Conder. Que maravilha encontrá-la aqui, retornando aos trabalhos desta Casa, logo após a eleição.

Mas, havia também um combinado de avaliarmos, não de votarmos, nós avaliamos e eu fiz aqui também um apelo ao deputado Rosemberg, pois existe uma PEC para ser votada que é completamente... não vai trazer malefício nenhum para o governo do estado, nenhum. É a do nosso deputado Manuel Rocha. O deputado Rosemberg também ficou sensível, mas não pôde dar uma resposta. Então, a gente fica nesse aguardo da PEC do Manuel Rocha.

Poderemos votar também, tranquilamente, tanto esse quanto os incentivos da subvenção das empresas aéreas. Não há problema nenhum.

Mas, eu queria também pedir a sensibilidade do deputado Rosemberg para que a gente pudesse votar essa PEC que já tramita há muito tempo nesta Casa. Eu acredito que, há uns 5 meses, já está tramitando nesta Casa, o presidente Adolfo já sabe. Então, eu queria a sensibilidade do deputado Rosemberg para que a gente pudesse...

Com relação à minha querida amiga presidente da minha comissão CCJ, Comissão de Constituição e Justiça, é uma alegria vê-la aqui já recuperada, restabelecida e, com certeza, ela estará aqui amanhã, estará também aqui na semana que vem e vai estar esse mandato todo junto com a gente aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu solicito aos líderes que ajudem os trabalhos da Mesa, toda essa questão poderia ter sido tratada após a... Está aqui o requerimento, ou melhor, já o acordo entre os líderes...

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k., podem votar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): (...) requerendo a dispensa de formalidades para o projeto de resolução que concede a Comenda Dois de Julho ao procurador-chefe de Justiça da Bahia. Por isso, para relatá-lo no âmbito das comissões, gostaria de chamar o nobre deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra, para relatar, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, passo a relatar no âmbito das comissões, o Projeto de Resolução nº 3.184/2024 de autoria do deputado Vitor Azevedo que concede a Comenda Dois de Julho ao procurador-chefe do estado da Bahia, o procurador Pedro Maia.

A presente proposição não recebeu emendas, e, por se encontrar na sua forma constitucional e legal, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada.

É o parecer, salvo melhor juízo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade **o Projeto de Resolução nº 3.184/2024, em discussão única, com dispensa das formalidades regimentais pelas Lideranças. Publicado no DOEL em 23/5/2024.**

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem, nobre deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, como não há acordo sobre o que eu pedi ao deputado Alan sobre essa... Depois eu vou pedir, obviamente, para colocarem na Ordem do Dia para que a gente possa votar e vou combinar com a deputada Maria del Carmen para que ela possa vir já direto para a votação, então...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão muito produtiva nesta tarde de terça-feira. Muito obrigado senhores deputados e até a próxima sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Júnior, Eures Ribeiro, Ivana Bastos, Manuel Rocha, Robinho e Zó. (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.